

Reservas de 6 a 15 bilhões de barris

Leiloar campos do pré-sal é trocar o futuro por migalha

Felipe Dana - Petrobrás

Quem se apoderar da área ganhará de R\$ 750 bilhões a R\$ 2,4 trilhões

Pressionados pela base e procurando conter a corrosão eleitoral que lhes têm custado o sono, Lula e o seu PT decidiram marcar posição contra o leilão de uma área do pré-sal, anunciado com estardalhaço pelo ministro Paulo Guedes para o dia 6 de novembro. A

área, que havia sido transferida à Petrobrás, em 2010, através da “cessão onerosa”, inclui os campos de Atapu, Sépia, Búzios e Itapu, com reservas de petróleo estimadas de 6 a 15 bilhões de barris. “Isso é hipotecar o futuro do país a troco de migalhas”, advertiu o professor Ildo Sauer, do IEE-USP. **Página 3**



HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.728 9 e 10 de Outubro de 2019



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Tânia Rego - ABR



Chefe da milícia rural da UDR, Nabhan Garcia “Nabhan Garcia opera em favor de interesses escusos”, diz general Jesus

O general João Carlos de Jesus Corrêa, que ocupava a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o início deste mês, afirmou “haver organizações criminosas” instaladas no órgão e denunciou que o secretário do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, “opera em favor de interesses escusos”. **P. 3**

Planilha e assessor do ministro vinculam Bolsonaro ao laranjal

Iso Sendacz - Sinal



O título da Câmara foi recebido pelo filho do ex-presidente João Vicente (foto)

Jango recebe de volta o título de Cidadão Santista

A Câmara dos Vereadores de Santos (SP) retomou uma antiga resolução aprovada na Casa e concedeu o título de cidadão santista ao

ex-presidente João Goulart. Em julho de 1964, o título foi revogado após sua deposição do cargo com o golpe militar e a instalação da ditadura no

país. Depois de 55 anos, a homenagem póstuma foi recebida, na quarta-feira (2), por seu filho João Vicente Goulart. **Página 3**

O assessor parlamentar Haissander Souza de Paula, do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antonio, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que “acha que parte dos valores depositados para as campanhas femininas, na verdade, foi usada

para pagar material de campanha de Marcelo Álvaro Antônio e de Jair Bolsonaro”. Uma planilha apreendida pela PF numa gráfica corrobora a versão de Haissander de que o dinheiro abasteceria as campanhas de Bolsonaro e do ministro. **P. 3**

Ex-diretores da Petrobrás vão à ato no Rio em defesa da estatal

Os ex-diretores da Petrobrás, que honraram seus cargos na estatal, Ildo Sauer e Guilherme Estrella (foto), discursaram na manifestação em defesa da empresa brasileira de petróleo. O ato reuniu cerca de 20 mil pessoas no centro do Rio, na quinta-feira (3). **Pág. 2**



Senador Major Olimpio: “Flávio Bolsonaro para mim acabou”

O senador Major Olimpio (SP), líder da bancada do PSL, afirmou que “Flávio Bolsonaro para mim acabou, não existe”. O senador criticou a atuação do

filho de Bolsonaro contra a criação da CPI da Lava Toga, que visa apurar irregularidades no Judiciário, especialmente nos tribunais superiores. **Pág. 3**

Maia denuncia a tentativa do governo de “acuar democracia”

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu se opor à escalada arbitrária do governo Bolsonaro. Em entrevista, alertou que o ministro da

Justiça, Sergio Moro, “tenta, como estratégia permanente, de um pouco de pressão, de tentar acuar as instituições democráticas deste país”. **Pág. 3**

Governo prepara pacote que ataca direitos de servidores

Produção industrial recua 1,7% de janeiro a agosto

No acumulado do ano, até agosto, a produção da indústria brasileira recuou -1,7%, na comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal Física, divulgada nesta terça-feira (1º), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por mais que atividade industrial tenha fechado o mês de agosto com saldo positivo de 0,8% frente ao mês anterior, a produção industrial brasileira no governo Bolsonaro se encontra abaixo dos patamares alcançados em 2018, é o que aponta o IBGE.

“Nas comparações de agosto deste ano com o mesmo período de 2018, permaneceu as mesmas características que a gente já havia comentado, ou seja, uma produção industrial que opera abaixo de 2018. Em agosto tem um recuo de -2,3%, e o acumulado (janeiro/agosto deste ano) acentuando a perda que havia ocorrido no primeiro semestre deste ano, recuo -1,7%. Então, tanto na comparação mês igual mês, como no acumulado do ano há um número maior de atividade recuando”, disse o gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, André Macedo.

A produção do setor de Máquinas e Equipamentos, que é considerado um dos ramos mais pesados para o crescimento da indústria e da economia brasileira, apresentou queda de -3,1%, na comparação com agosto deste ano com o mesmo período do ano passado, e varia próximo de zero no acumulado do ano (0,8%), frente aos meses de 2018.

De acordo com o IBGE, o saldo positivo no mês de agosto foi influenciado principalmente pelas atividades de extração de minério de ferro, petróleo e gás, que deram um impulso para indústria extrativa, alta de 6,6%. Entretanto, para este período, 16 de 26 ramos industriais reduziram sua produção: Máquinas e Equipamentos (-2,7%); Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-3,0%); Confecção de Artigos do Vestuário e acessórios (-7,4%); Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (-4,9%); Moveis (-4,0%); Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos, (-6,2); Metalurgia (-1,4%), entre outros.

Entre as grandes categorias econômicas pesquisadas, Bens Intermediários foi a única taxa que pontuou positivamente (1,4%) em agosto frente julho. As demais categorias pontuaram negativamente: Bens de Capital (-0,4), Bens de Consumo (-0,7), Duráveis (-1,8), Semiduráveis e não Duráveis (-0,4).

“É claro que agosto mostra um crescimento, mas tem a característica de estar muito concentrado em uma das quatro grandes categorias econômicas e em 10 dos 26 ramos pesquisados. Ou seja, o perfil de expansão não está disseminado para outras atividades”, disse André Macedo.

ANTONIO ROSA

Número de famílias endividadas cresce pelo 9º mês seguido

O número de famílias endividadas cresceu em setembro e atingiu 65,1%. E a nona alta consecutiva, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Segundo a pesquisa, divulgada nesta quinta-feira (3), 65,1% das famílias relataram ter dívidas, contra 64,8% em agosto e 60,7% em setembro do ano passado. É o maior resultado desde julho de 2013 e o terceiro maior patamar da série histórica.

Com o aumento da informalidade, o desemprego alto e a renda em queda, muitas famílias estão com contas ou dívidas em atraso. O percentual de famílias inadimplentes passou a 24,5% em setembro contra 24,3% em agosto. Também houve aumento em relação a setembro de 2018 (23,8%). Na

faixa de menor renda, o percentual cresceu de 27,4% em agosto para 27,6% em setembro.

O percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas cresceu de 9,5% em agosto para 9,6% em setembro.

Cartão de crédito continua encabeçando a lista das dívidas dos brasileiros. Com juros extorsivos, mais de 300% ao ano, os bancos fazem a farra às custas de milhões de brasileiros que recorrem ao cartão para enfrentar a crise. Segundo a pesquisa, 79,5% das famílias endividadas devem o cartão de crédito.

“Entre as famílias com faixa salarial mais baixa (até dez salários mínimos), o cartão de crédito chega a 80% dos apontamentos”, ressalta a economista da CNC Marianne Hanson.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@oi.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@vashoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campina Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Seminário na COPPE/UFRJ refuta privatizações no setor energético



Professor Pinguelli (no centro), Sauer e Roberto D'Araujo (à esq.), Esther Dweck e Luís Eduardo Duque Dutra (à dir.)



Ildo Sauer e Guilherme Estrella discursaram no ato

Ex-diretores da Petrobrás participam de manifestação no Rio em defesa da estatal

A manifestação em defesa da Petrobrás e contra o entreguismo do governo Bolsonaro reuniu cerca de 20 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro na quinta-feira (03). Os ex-diretores da Petrobrás, que honraram seus cargos na estatal, Ildo Sauer e Guilherme Estrella, discursaram no ato e reafirmaram o papel fundamental da estatal no desenvolvimento do país.

O protesto reuniu também estudantes, pesquisadores e professores contra os ataques do governo à Educação, às Universidades, Institutos Federais, aos centros de pesquisa, à Ciência e à Tecnologia nacionais.

Diversas lideranças políticas, de vários partidos, sindicatos, centrais sindicais e mais de 70 entidades, entre elas a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), estiveram presentes ao ato, que foi realizado em frente ao prédio da sede da Petrobrás, na Avenida Chile, região central do Rio de Janeiro.

Houve também uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro. O protesto contra as medidas do governo Bolsonaro ocorreu na mesma data em que se comemora os 66 anos da Petrobrás.

O governo acaba de anunciar a realização, em novembro, do que ele tem chamado de “mega-leilão do pré-sal”, para entregar ao cartel do petróleo, chefiado pela Exxon e a Shell, a preço vil, a área que excede os 5 bilhões de barris de petróleo da Cessão

Onerosa do pré-sal, pertencente à Petrobrás.

A estimativa da própria Agência Nacional do Petróleo (ANP) é de que será entregue uma área com reservas de 6 a 15 bilhões de barris de petróleo, ou uma área correspondente ao Campo de Libra, que foi leiloado em 2013.

O governo espera arrecadar R\$ 100 bilhões com a venda de uma área que renderá aos felizes compradores uma quantia que chegará, com a comercialização dos 15 bilhões de barris a US\$ 60 o barril, a US\$ 600 bilhões, ou R\$ 2,4 trilhões. Como disse Ildo Sauer, “é a hipoteca do futuro do Brasil a troca de migalhas”.

Ao saudar os “brasileiros e brasileiras”, em seu discurso, como fazia Getúlio Vargas, criador da Petrobrás, o professor do Instituto de Energia da USP, Ildo Sauer, lembrou o papel de Guilherme Estrella na descoberta do pré-sal.

“Com fraternal orgulho, abraço o meu irmão Guilherme Estrella. Tivemos a oportunidade de promover uma inflexão na história da Petrobrás a partir de 2003, formulamos um novo plano estratégico, com uma nova direção. Arrancamos a Petrobrás dos desenhos neoliberais de então e provamos que era possível mudar a Petrobrás e o Brasil”, disse Sauer.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/ex-diretores-da-petrobras-discursam-em-ato-no-rio-em-defesa-da-estatal-e-do-brasil/>



Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Foto: ICMBio

Governo quer entregar Abrolhos para múltis explorarem petróleo

A 16ª rodada de leilão do petróleo brasileiro, marcada para a próxima quinta-feira, 10 de outubro, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), mantém no site a informação da inclusão dos quatro blocos da Bacia Camamu Alameda, ao lado do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, entre as cidades de Salvador e Ilhéus, na Bahia.

A decisão sobre o leilão em Abrolhos, a maior biodiversidade do Oceano Atlântico Sul, está nas mãos da Justiça.

No mês passado (18/9), o Mi-

nistério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública para impedir o leilão dessas áreas, sob risco de provocar sérios prejuízos ao meio ambiente.

Em julho, os senadores da Rede Fabiano Contarato (ES) e Raulo Rodrigues (AP) já haviam entrado com uma ação popular na Justiça Federal do Distrito Federal para barrar a oferta de área próxima ao Abrolhos.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/governo-quer-entregar-abrolhos-para-multinacionais-do-petroleo/>

“Isto aqui é um ato de resistência contra o desmonte do setor energético patrocinado por este governo”, declarou Luiz Pinguelli

Luiz Pinguelli Rosa, professor emérito da COPPE/UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás, caracterizou bem o significado do seminário intitulado “Impacto tecnológico da privatização do setor de Energia”, realizado pela Associação dos Docentes da UFRJ (AdUFRJ), no auditório da Coppe, na manhã de quarta-feira (02). “Isto aqui não é apenas um debate, é um ato de resistência contra o desmonte do setor energético patrocinado por este governo”, disse ele.

A presidente da AdUFRJ, Maria Lúcia Werneck, abriu o encontro, que faz parte das mobilizações que a AdUFRJ organiza em defesa da Educação, da Ciência e da Tecnologia.

Além de Pinguelli Rosa, participaram, como debatedores, o professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, Roberto Pereira D’Araujo, do Instituto Ilumina, Esther Dweck, professora do Instituto de Economia da UFRJ e ex-secretária do Orçamento Federal, e Luís Eduardo Duque Dutra, professor da Escola de Química da UFRJ e ex-assessor da diretoria da Agência Nacional de Petróleo.

ILDO SAUER: “LEILÃO DO PRÉ-SAL É UM DESCALABRO”

O primeiro debatedor foi o professor Ildo Sauer.

O ex-diretor da Petrobrás fez um apinhado do que significou para a Humanidade a descoberta do petróleo como fonte de energia e destacou, particularmente, o potencial que a descoberta das reservas do Pré-sal podem trazer ao desenvolvimento econômico do Brasil. Para ele, o excedente produzido a partir das transformações tecnológicas, particularmente no setor de energia, é motivo de grande disputa no mundo.

“Desde a formação do cartel do petróleo, oficializado em 1928 no Castelo de Achnacarry, na Escócia, e do setor elétrico, em 1936, há uma encarniçada luta pelo excedente econômico criado por esses setores de energia”, relatou Ildo Sauer.

“É isto o que até hoje está em jogo no mundo, a disputa pelos países que detêm o poder econômico e tecnológico sobre esse excedente econômico criado na área do petróleo e da energia elétrica”, afirmou o professor da USP.

Sauer ressaltou a importância da criação da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) em 1960 e, também, da criação das empresas estatais de energia, entre elas a Petrobrás e a Eletrobrás, para desbancar o poder dos trustes internacionais que dominavam o setor antes do processo de descolonização da África, Ásia e América Latina, ocorrido na década de 1940, 1950 e 1960.

Isso, segundo o professor, “foi fundamental para que empresas como a Petrobrás pudessem desenvolver sua tecnologia própria e ser capaz, como foi o caso, de descobrir o pré-sal na costa brasileira”.

O especialista afirmou que é decisivo, para um país como o Brasil, ter uma empresa como a Petrobrás. “Junto com as universidades, com as empresas nacionais e até com empresas estrangeiras, pode se desenvolver o setor de energia e, com isso, aumentar a produtividade do trabalho, para o bem da coletividade. Até porque, ressaltou Ildo, “não é o caso de produzir sozinha, mas, sim, deter a hegemonia deste processo”.

“Isso é o que nós temos a aprender com a China, que, numa interação com grandes empresas capitalistas do mundo, mantida esta interação sob o comando do Partido Comunista da China, detém a hegemonia do processo tecnológico e de produção e mantém relações em pé de igualdade com elas”, apontou o pesquisador.

“A Petrobrás tem hoje um custo de produção de US\$ 8 a US\$ 12 por barril. Suponha que o preço do barril esteja em US\$ 65. Se, por exemplo, tivermos um custo de produção de US\$ 10, se acrescentarmos mais US\$ 5 de prêmio para a Petrobrás, sem contar os impostos, royalties e transferências, com 100 bilhões de barris, podemos produzir 2,5 milhões de barris por dia ao longo de 45 anos, gerando um excedente de US\$ 125 bilhões por ano, ou R\$ 500 bilhões por ano”, disse Ildo.

Ele lembrou que “esse cálculo não leva em conta as transferências, que poderiam levar o preço final de produção para US\$ 20 ou US\$ 25 e reduziriam um pouco esse excedente. Mas, mesmo assim, isso significaria uma ‘reforma da Previdência’ a cada dois anos”, ironizou. “É isso o que está em disputa no pré-sal”.

“Por isso, eu concordo com o Pinguelli de que o inimigo principal não é aquele que faz fanfarronices em Nova Iorque, mas sim aquele que assalta a nossa capacidade tecnológica e os recursos naturais, que pertencem ao povo”, disse Ildo Sauer, referindo-se a Paulo Guedes.

“Estão anunciando um leilão para novembro da cessão onerosa da Petrobrás. E nós assistimos aos governadores se refestelando como uma alcaeteia de hienas, antecipando os restos do banquete que os compradores dos recursos terão no futuro”, apontou Ildo.

“É só fazer a conta. Se forem 15 bilhões de barris, [correspondente às reservas estimadas do Campo de Libra, leiloado em 2013], com 40 dólares de excedente, são 600 bilhões de dólares em disputa, ou 2,4 trilhões de reais ao longo de vinte anos ou trinta anos. Os governadores e o governo estão brigando por causa de 100 bilhões de reais, ou 25 bilhões de dólares”, observou.

Além disso, o governo Brasileiro age contra os interesses dos países produtores de petróleo, organizados na OPEP – mais a Rússia – e se soma ao lado das potências

consumidoras, comandadas pelos EUA, que buscam controlar as fontes de petróleo”, denunciou Ildo.

“Ao cometer o descalabro de leiloar, agora em novembro, não se sabe se 6 ou 15 bilhões de barris – vergonha não saber, porque é só fazer alguns furos exploratórios e demarcar quanto tem – ao mercado internacional, perde-se a possibilidade de controle dos preços do petróleo”, complementou.

ROBERTO D'ARAUJO: “PRIVATIZARAM TUDO E O PAÍS FICOU MAIS ENVIDIADO”

Roberto D’Araujo denunciou o processo de privatização do país como uma “destruição arrasadora” da economia nacional.

“Eles mostraram que nem privatizar sabem. Temos hoje prefeituras quebradas, os Estados quebrados e o governo federal quebrado”, denunciou. “Vou apresentar a vocês o que foi privatizado neste país de 1990 até 2006:

“**Siderurgia:** Usiminas, Cosinor, Piratini, CST, Acesita, CSN, Cosipa e Açominas.

“**Petroquímica:** Petroflex, Copersul, Copen, Polissul, Petroquímica União, Alcalis e mais 19 pequenas usinas.

“**Na área de fertilizantes:** Indago, Fosfertil, Orosfertil, Ultrafertil e Arafertil.

“**Elétrico:** Ecelsa, Light, Gersul, Cergi, Coelba, Cachoeira Dourada, CPFL, Cemat, Cesp Paranapanema, Cesp Tietê, Cemar e Eletropaulo.

“**Transportes:** Toda a malha ferroviária federal, Mafersa, Ferroeste, Metrô.

“**Mineração:** Caraiiba, Vale do Rio Doce. Portos: Santos Catuaba, Sepetiba, Rio, Angra e Salvador.

“**Financeiro:** Meridional, Banespa, Beg, Amazonas, Maranhão, Ceará, Minas Pernambuco, Bahia e Paraná.

“**Gás:** Ceg, Riogás, Congás, Gasnordeste e Gas Sul.

“**Outros setores:** Embraer, Datamec. **Telecomunicações:** praticamente tudo”.

“Eu não conheço, se existe, algum outro país que fez o nível de privatização que nós fizemos de 1990 até 2006. Privatizamos toda a economia. Quanto arrecadamos? 106 bilhões de dólares, mais ou menos 450 bilhões de reais. Basta dois anos de renúncia fiscal e você já cancelou isso aí. A dívida pública, que era 37% do PIB no início do governo FHC, foi a 70%, depois caiu um pouco, mas não baixou de 60% do PIB e, agora, estamos indo para 90%. Ou seja, privatizou-se a economia e se ficou mais endividado”, denunciou D’Araujo.

“O setor elétrico, depois da privatização, transformou a tarifa de energia brasileira na terceira maior do planeta”, acrescentou o debatedor.

ESTHER DWECK: “DESTRUIÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL”

A professora Esther Dweck, do Instituto de Economia da UFRJ e ex-secretária do Orçamento Federal, disse que o “show” apresentado pelo governo “faz parte do projeto de destruição nacional”. Ela concordou que a agenda de Paulo Guedes é mais destruidora para o país, mas reconheceu que há um consenso maior em torno da luta contra Bolsonaro. A economista salientou que a privatização e, principalmente, a desnacionalização, “fazem parte do projeto de destruição do modelo de desenvolvimento nacional que vem sendo montado há 100 anos”.

Esther Dweck lembrou que todos os instrumentos criados para garantir o projeto nacional brasileiro vêm sendo desmantelados pelo governo.

O Brasil, segundo ela, “foi o país que mais cresceu entre 1930 e 1980, e foi um crescimento com mudanças estruturais relevantes”.

“Nós chegamos ao final da década de 1970 com um parque industrial que competia com a Europa, fruto de uma série de instrumentos que foram criados e que permitiram que o país desse esse salto”, disse ela. Para a professora, “tudo isso está em risco com a agenda do atual governo”.

LUÍS EDUARDO DUTRA: “TROCAMOS O MONOPÓLIO ESTATAL DA PETROBRÁS NA PETROQUÍMICA POR UM MERCADO OLIGOPOLISTA”

Luís Eduardo Duque Dutra, professor da EQ/UFRJ e ex-assessor da diretoria da Agência Nacional de Petróleo, completou o painel, apresentando sua concordância com a análise feita pelos demais debatedores e lembrou que “essa visão ultraliberal teve início com o governo Collor exatamente no setor químico”. O resultado, segundo ele, “foi catastrófico para a indústria química brasileira”. “Hoje, este é o setor com o maior déficit comercial da indústria brasileira, de 30 bilhões de dólares por ano”, denunciou.

“Nós trocamos o monopólio estatal da Petrobrás na petroquímica por um mercado oligopolista onde o maior capital nacional é a Braskem, controlada justamente pela Odebrecht”, acrescentou Dutra, enfatizando não ter dúvida que o plano do atual governo é privatizar a joia da coroa, ou seja, a Petrobrás.

“Enquanto o mundo hoje presencia uma guerra comercial e uma guerra cambial, o governo decide por uma abertura absoluta e unilateral como esta que nós assistimos”, prosseguiu o professor.

“E lembro que as duas vezes em que o protecionismo exacerbado ganhou o mundo no ocidente, ele produziu os períodos mais sangrentos da história”, concluiu Dutra.

SÉRGIO CRUZ



Iso Sendacz/Sinal

Filho de Jango recebendo a honraria

Vereadores devolvem título de cidadão de Santos a João Goulart

Homenagem ao presidente que foi cassado pela ditadura foi recebida pelo seu filho, João Vicente Goulart

A Câmara dos Vereadores de Santos (SP) retomou uma antiga resolução aprovada na Casa e concedeu o título de cidadão santista ao ex-presidente João Goulart. Em julho de 1964, o título foi revogado após sua deposição do cargo depois do golpe militar e a instalação da ditadura no país.

Depois de 55 anos, a homenagem póstuma foi recebida, nesta quarta-feira (2), pelo herdeiro João Vicente Goulart, que demonstrou sua emoção ao ver o nome do pai lembrado e respeitado.

“Atitudes como essa resgatam momentos importantes da vida nacional. Tenho muito orgulho de ser filho do presidente da República e não teria orgulho de ser filho de qualquer ditador que subjugu o povo brasileiro”, disse João Vicente Goulart.

Na época, o projeto de lei que concedia o título a Jango foi de autoria do ex-vereador José Gonçalves. O tema voltou à pauta por iniciativa de Benedito Furtado (PSB) e a lei foi sancionada pelo prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

“Queremos honrar os companheiros que nos antecederam e entenderam as razões da propositura do vereador José Gonçalves, além de apagar essa triste história do Legislativo santista”, disse Furtado, antes de passar às mãos de João Goulart Filho o título póstumo.

O vereador aponta que a homenagem se trata da honraria máxima da Cidade e coloca o nome de Jango na relação de seus “filhos escolhidos”.

“João Goulart teve uma conduta firme na luta dos direitos dos mais pobres e em prol das reformas de base. Foi o que levou a elite brasileira ao pavor, a ponto de afrontar as constituições da época”, destacou o vereador.

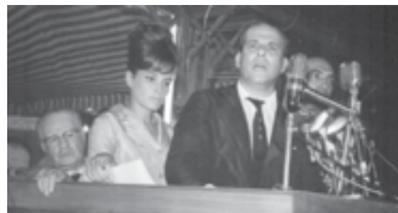
A vereadora Telma de Freitas (PT), que presidiu a sessão destacou que a homenagem não é “apenas uma reparação, é o desfecho de uma história sobre a cassação tanto do presidente João Goulart, como pessoas como o meu pai, que na época, presidia a Câmara dos Vereadores de Santos”.

A sessão foi acompanhada por lideranças políticas, sindicais e dos movimentos sociais de Santos, que lotaram o auditório da Câmara.

João Vicente Goulart diz ver o atual cenário político brasileiro muito similar ao período em que seu pai foi deposto. Ele entende que é hora de defender a democracia.

“É um momento grave, de risco de perda do conceito democrático. Devemos centrar nossas atenções antes de discutir as diferenças internas, que são mínimas diante da perda democrática e da liberdade, o que nós conhecemos pelos longos anos de exílio e tempo para derrubar uma ditadura após 21 anos no poder”, disse.

Em entrevista à TV Tribuna, João Vicente destacou que o título acontece num momento difícil para o país. “É importante dizer para a população de Santos que lutar vale a pena. Devemos resgatar essa luta porque, 55 anos depois, as reformas de base ainda precisam ser lembradas e discutidas pela sociedade brasileira”, destacou.



Presidente João Goulart (Jango) foi cassado pelo golpe militar de 1964

Comissão da Câmara repudia diretor da Funarte que agrediu a atriz Fernanda Montenegro

A Comissão de Cultura da Câmara de Deputados aprovou, nesta quarta-feira (2), a divulgação de uma moção de repúdio contra os recentes ataques do dramaturgo e diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, Roberto Alvim, a Fernanda Montenegro.

O documento ressalta importância da atriz no cenário cultural brasileiro. “Fernanda Montenegro, ao longo de seus mais de 70 anos de carreira no teatro, no cinema e na televisão, se consolidou como uma das maiores atrizes, considerada um dos patrimônios da cultura brasileira. De trajetória reconhecida e admirada no mundo todo, foi a única atriz do país a ser indicada ao Oscar e a vencer o Emmy. O nome de Fernanda Montenegro já está gravado na história das artes brasileiras. É inaceitável

que um dirigente do Poder Executivo, justamente do principal órgão responsável pela relação com a classe artística, profira críticas ofensivas e levianas com a atriz e contra qualquer membro da comunidade cultural. Por fim, esta Comissão registra o repúdio às declarações de Roberto Alvim contra o conjunto dos trabalhadores das artes e a sua recusa em dialogar com os artistas. No sistema democrático não cabe a qualquer agente público se negar a dialogar com a sociedade civil, tampouco se utilizar dos espaços que ocupa para promover uma ideologia e perseguir outras”, descreve o texto aprovado à revelia de deputados aliados do governo Bolsonaro.

Integra da matéria em www.horadopovo.com.br

CHRISTIANE PERES
PCdoB na Câmara

Leiloar pré-sal é trocar o futuro por migalhas



Divulgação

Merreca obtida com o leilão vai pagar os juros das dívidas do governo

“Nabhan opera em favor de interesses escusos”, diz o general Jesus Corrêa

“Caímos porque incomodamos Nabhan Garcia e seu grupo”, disse um dos demitidos do Incra

O general João Carlos de Jesus Corrêa, que ocupava a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o início deste mês (1º), afirma “haver organizações criminosas” instaladas no órgão e denuncia que o secretário do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, “opera em favor de interesses escusos”.

O general escreveu essas palavras em sua carta de despedida, repassada através do Whatsapp para um grupo restrito de funcionários do Incra, segundo divulgado a revista *Crusoe*.

Corrêa foi demitido com mais três militares que ocupavam funções no órgão por conta da pressão de ruralistas que estavam insatisfeitos com o general e sua equipe, que acelerava o processo de regularização fundiária que está sendo encaminhado pelo atual governo (ver HP 30/09/2019). Para contemplar miliciano da UDR, Bolsonaro demite general Jesus Corrêa do Incra.

Segundo interlocutores, a demissão de Corrêa foi acertada entre Jair Bolsonaro, Tereza Cristina a pedido de Nabhan Garcia, em uma reunião realizada na tarde da última segunda-feira (30 de setembro).

O general relata no texto da carta que os militares demitidos estavam “contrariando interesses”. Que eles passaram a ser “pedra no sapato” no momento em que começaram a confrontar as “organizações criminosas” que atuavam e ainda atuam no Incra nos estados.

“O motivo da saída da nossa equipe do INCRA é simples... Levei um grupo qualificado para uma tarefa de saneamento de um órgão que era um esgoto. Realizamos uma boa parte desta tarefa. Estávamos iniciando a parte mais complexa, ao atacar as 30 superintendências do INCRA, onde há, em algumas delas, verdadeiras organizações criminosas instaladas”, escreveu o general Jesus Corrêa. Na carta, o general afirma que esses grupos criminosos atuam “há muito

tempo nas superintendências” do Incra.

O coronel da reserva Marco Antônio dos Santos, que foi demitido junto com Corrêa, revelou à revista as pressões que o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, fazia sobre o comando do Incra, para atender a seus próprios interesses e aos de outros amigos.

MINISTRO

O coronel relata que Nabhan vinha pressionando o Incra para regularizar terras, fazendas para gente ligada a ele.

“Caímos porque incomodamos Nabhan Garcia e seu grupo, que é um pequeno segmento da bancada ruralista [no Congresso]. Eles julgavam que nós não estávamos atendendo às titulações de terras que ele pedia. Sempre queria que titulasse fazenda e etc. Nunca disse para titular as pessoas assentadas em programas de reforma agrária”, disse o ex-diretor de Gestão Estratégica do Incra.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

ANTONIO ROSA

Projeto de Flávio Bolsonaro visa favorecer milícias

O Projeto de Lei nº 4640, de 2019, proposto pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), pretende transformar em “suicídios” as mortes ocorridas por ação policial. O PL acrescenta o art. 25-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para prever a excludente de ilicitude designada por “suicídio por policial”.

O pretérito arranjado por Flávio Bolsonaro para seu projeto é o de que, ao se colocar em uma situação de confronto, um criminoso assume o risco de morte, retirando, assim, a responsabilização do policial que cometa excessos durante a ação.

“Um indivíduo cria, intencionalmente ou não, uma sequência de atos e ações criminosas que resultam em uma reação por parte dos agentes de segurança pública”, diz a exposição de motivos do projeto.

Planilha e assessor relacionam Bolsonaro ao desvio de dinheiro do laranjal de Minas

O assessor parlamentar Haissander Souza de Paula, do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antonio, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que “acha que parte dos valores depositados para as campanhas femininas, na verdade, foi usada para pagar material de campanha de Marcelo Álvaro Antônio e de Jair Bolsonaro”.

Haissander foi coordenador da campanha de Álvaro Antonio a deputado federal no Vale do Rio Doce (MG). Álvaro Antônio foi o deputado federal mais votado em Minas Gerais, e coordenou no

estado a campanha presidencial de Bolsonaro.

Uma planilha apreendida pela PF numa gráfica corrobora a versão de Haissander. O documento indica que o dinheiro do esquema de candidatas laranjas do PSL em Minas Gerais foi desviado para abastecer, por meio de caixa dois, as campanhas de Jair Bolsonaro e do ministro do Turismo.

A planilha, nomeada como “MarceloAlvaro.xlsx”, mostra fornecimento de material eleitoral para a campanha de Bolsonaro com a expressão “out”, o que significa, de acordo

com os investigadores, pagamento “por fora”.

Na sexta-feira (4), a Polícia Federal indiciou o ministro do Turismo e seus assessores e o Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia pelo esquema das candidaturas laranjas do PSL, partido de Bolsonaro, em Minas Gerais.

A acusação é pelos crimes de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indevida de recurso eleitoral e associação criminosa — com pena de cinco, seis e três anos de cadeia, respectivamente.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Dinheiro para a Saúde e a Educação, que em geral é o pretexto para privatizar, ninguém sabe, ninguém viu...

Pressionados pela base e procurando conter a corrosão eleitoral que lhes têm custado o sono, Lula e o seu PT decidiram marcar posição contra o leilão de uma área do pré-sal, anunciado com estardalhaço pelo ministro Paulo Guedes para o dia 6 de novembro.

A área, que havia sido transferida à Petrobrás, em 2010, através da “cessão onerosa”, inclui os campos de Atapu, Sépia, Búzios e Itapu, com reservas de petróleo estimadas de 6 a 15 bilhões de barris.

As empresas vencedoras do leilão deverão pagar, além da parcela do óleo-lucro, obtido ao longo dos anos da exploração, um “bônus de outorga” de R\$ 106,5 bilhões.

O governo tem concentrado no bônus a sua propaganda sobre as vantagens da privatização de um valioso ativo que pertence a todos os brasileiros.

Diretor de Gás e Energia da Petrobrás, de 2003 a 2007, o professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, considera esse expediente o fim da picada: “Eles comemoram esse valor, mas quem se apoderar da área vai ganhar de R\$ 750 bilhões a R\$ 2,4 trilhões ao longo de 20 ou 30 anos. Isso

“Flávio Bolsonaro para mim acabou, não existe”, afirmou o senador Major Olimpio

O senador Major Olimpio (SP), líder da bancada do PSL, afirmou que “Flávio Bolsonaro para mim acabou, não existe”.

Em entrevista para o sistema Broadcast de notícias em tempo real do Grupo Estado, o senador criticou a atuação do filho de Bolsonaro contra a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lava Toga, que visa apurar irregularidades no Judiciário, especialmente nos tribunais superiores.

A atuação de Flávio Bolsonaro, que é senador pelo PSL do Rio de Janeiro, para enterrar a CPI desagradou uma grande parte dos senadores da bancada. Entre eles, a senadora Juíza Selma Arruda (MT), que saiu do PSL e se filiou ao Podemos.

A senadora e ex-juíza disse que bateu o telefone na cara do filho de Bolsonaro quando ele gritou com ela por defender a CPI.

Quando ela se filiou ao Podemos, em solenidade no dia 18 de setembro, o Major Olimpio estava presente e declarou que também pensou em sair do PSL por causa de Flávio. Mas depois, segundo ele, chegou à conclusão de que “iria dar moleza para quem está errado”. “Então, eu e a Soraya Thronicke, também senadora pelo PSL, resolvemos ficar. Se tiver que sair, que saia ele, Flávio Bolsonaro”, disse naquele dia. “Agora estou mais PSL do que nunca”, completou.

Na opinião do Major Olimpio, a posição de Flávio Bolsonaro não representa o governo nem o PSL. “O pai dele ganhou a eleição dizendo que seria intransigente no combate à corrupção dentro de qualquer um dos Poderes, inclusive do Judiciário.” “Estou defendendo a CPI, estou me mobilizando por ela, porque é necessária”, disse.

Flávio Bolsonaro não quer a

é hipotecar o futuro do país a troco de migalhas”, advertiu.

As pesquisas de opinião realizadas nos últimos 30 anos têm reiterado que a população brasileira é contrária à privatização dos ativos públicos.

A experiência acumulada em mais de 500 aparições do famigerado martelinho indica subavaliação, muitas vezes criminosa, desses ativos, dissipação dos recursos obtidos no leilão com o pagamento de juros das dívidas do governo, aumento do preço dos bens e serviços privatizados, demissões e compressão salarial. Dinheiro para a Saúde e a Educação, que em geral é o pretexto invocado para privatizar, ninguém sabe, ninguém viu...

E natural que o PT não queira acumular em sua folha corrida mais esta causa impopular. O difícil é acreditar que depois de ter feito igual, leilando em outubro de 2013 o campo de Libra, com reservas de 8 a 12 bilhões de barris, haja um pingo de sinceridade em suas recentes declarações de amor à soberania nacional.

Mas podemos fazer de conta que acreditamos, porque o que está em questão agora não são as privatizações de Lula e Dilma, nem as de Temer, são as de Bolsonaro.

SÉRGIO RUBENS

CPI porque foi beneficiado por uma decisão de Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Toffoli decidiu interromper as investigações de lavagem de dinheiro operada dentro do gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio por seu motorista, Fabrício Queiroz.

Dias determinou que o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) não poderia repassar para as autoridades as irregularidades encontradas nas contas criminosas, sem autorização judicial. A decisão é liminar e deverá ser apreciada pelo pleno do STF, mas, de qualquer maneira, ela beneficiou diretamente o filho de Bolsonaro, que foi quem pediu a suspensão das investigações.

O Coaf detectou uma movimentação suspeita de R\$ 7 milhões nas contas de Fabrício Queiroz entre 2014 e 2017, sem que seus rendimentos pudessem justificar esses gastos. Posteriormente o MP descobriu que foram feitos depósitos suspeitos também na conta do então deputado Flávio Bolsonaro. Foram 48 depósitos de R\$ 2 mil em pouco espaço de tempo.

Além disso, foram detectadas ligações do gabinete do parlamentar com integrantes das milícias do Rio. O MP suspeitou que o gabinete estava lavando dinheiro da milícia.

Adriano Nóbrega, miliciano, assassino profissional, integrante do Escritório do Crime, espécie de central de assassinatos das milícias, tinha sua mulher, Danielle Nóbrega, e sua mãe, Raimunda Veras Magalhães, empregadas no gabinete de Flávio Bolsonaro.

O miliciano chegou a ser homenageado pelo deputado com a Medalha Tiradentes, a maior honraria do Rio de Janeiro, e recebeu a medalha quando estava preso acusado de assassinato.

Rodrigo Maia denuncia tentativas do governo de “acuar a democracia”

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu se opor à escalada arbitrária do governo Bolsonaro.

Além dos estímulos quase diários à violência e ao ódio, Bolsonaro determinou, por exemplo, nesta semana, à direção da Caixa Econômica Federal que seja implantado um filtro aos projetos culturais patrocinados pelo órgão público. Ou seja, uma clara e inaceitável volta da censura no país.

Na entrevista no domingo (06) ao site UOL, Rodrigo Maia alertou o país sobre a situação. Ele disse que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, “tenta, como estratégia permanente, de um pouco de pressão, de tentar acuar as instituições democráticas deste país. Eu acho que o caso The Intercept prova um pouco disso”.

“Mas ele está aprendendo que a democracia é um valor mais importante que qualquer outro tema”, diz o deputado, ao ser questionado

sobre o pacote anticrime proposto pelo ex-juiz da Lava Jato. “O que eu espero é que se respeite a legitimidade do Parlamento. Coisa que, no passado, o grupo do entorno do ministro Moro, principalmente os procuradores, não respeitaram”, acrescentou Maia.

O deputado criticou também a intenção do governo de estimular o armamento e a violência e, ao mesmo tempo, reduzir o controle sobre as ações policiais. “O excludente de ilicitude tem que tomar muito cuidado. Uma coisa é uma terra com a lei para todos. Outra coisa é um texto que ficou muito amplo, que tira a lei dos agentes públicos na área de segurança”, observou. “Um caso de uma criança morta, como a Agatha, não teria por parte do Estado brasileiro as condições de ser investigado, de se chegar àquele que cometeu esse crime”, avaliou Maia.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

“Nabhan Garcia opera em favor de interesses escusos”, afirma general

Demitido do Incra, general Jesus Corrêa disse haver “organizações criminosas” dentro do órgão

O general João Carlos de Jesus Corrêa, que ocupava a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o início deste mês (1º), afirma “haver organizações criminosas” instaladas no órgão e denuncia que o secretário do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, “opera em favor de interesses escusos”.

O general escreveu essas palavras em sua carta de despedida, repassada através do WhatsApp para um grupo restrito de funcionários do Incra, segundo divulgou a revista *Crusoe*.

Corrêa foi demitido com mais três militares que ocupavam funções no órgão por conta da pressão de ruralistas que estavam insatisfeitos com o general e sua equipe, que acelerava o processo de regularização fundiária que está sendo encaminhado pelo atual governo (v HP 30/09/2019, [Para contemplar miliciano da UDR, Bolsonaro demite general Jesus Corrêa do Incra](#)).

Segundo interlocutores, a demissão de Corrêa foi acertada entre Jair Bolsonaro, Tereza Cristina e pedido de Nabhan Garcia, em uma reunião realizada na tarde da última segunda-feira.

O general relata no texto da carta que os militares demitidos estavam “contrariando interesses”. Que eles passaram a ser “pedra no sapato” no momento em que começaram a confrontar as “organizações criminosas” que atuavam e ainda atuam no Incra nos estados.

“O motivo da saída da nossa equipe do INCRA é simples... Levei um grupo qualificado para uma tarefa de saneamento de um órgão que era um esgoto. Realizamos uma boa parte desta tarefa. Estávamos iniciando a parte mais complexa, ao atacar as 30 superintendências do INCRA, onde há, em algumas delas, verdadeiras organizações criminosas instaladas”, escreveu o general Jesus Corrêa. Na carta, o general afirma que esses grupos criminosos atuam “há muito tempo nas superintendências” do Incra.

O coronel da reserva Marco Antônio dos Santos, que foi demitido junto com Corrêa, revelou à revista as pressões que o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, fazia sobre o comando do Incra, para atender a seus próprios interesses e aos de outros amigos.

MINISTRO

O coronel relata que Nabhan vinha pressionando o Incra para regularizar terras, fazendas para gente ligada a ele. “Caímos porque incomodamos Nabhan Garcia e seu grupo, que é um

pequeno segmento da bancada ruralista [no Congresso]. Eles julgavam que nós não estávamos atendendo às titulações de terras que ele pedia. Sempre queria que titulasse fazenda e etc. Nunca disse para titular as pessoas assentadas em programas de reforma agrária”, disse o ex-diretor de Gestão Estratégica do Incra.

Santos relata que Nabhan – que gosta de dar conhecimento a todos que é amigo de Bolsonaro – pedia para ser chamado de ministro e que sempre ligava para ele questionando o que os militares estavam fazendo.

“Eu dizia: ‘trabalhando’. Eu dizia: ‘isso não pode ser feito assim’. Tem que haver o devido processo legal”. “Ele [Nabhan] falava não. Eu falava: ‘ministro, a questão será analisada tecnicamente’”. O coronel explica que Nabhan queria que “titulasse [às terras]. Saía por aí dizendo que o Incra precisa titular. Que éramos lentos (...). Era alguém que queria resolver o problema do grupo que ele representava (...)”, denunciou o coronel da reserva Marco Antônio dos Santos.

Na quarta-feira (2), o economista José Líbio de Moraes Matos, que é servidor de carreira do Incra, foi nomeado presidente substituto do órgão, no lugar do general Jesus Corrêa.

Líbio tem seu nome vinculado no caso do Massacre de Eldorado de Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos por policiais militares no Pará, em 17 abril de 1996, numa rodovia. Na época, ele era superintendente do Incra em Marabá, que emitiu laudo considerando a fazenda Macaxeira como produtiva e foi testemunha de defesa no julgamento.

Jesus Corrêa é o segundo general que Bolsonaro demite a pedido de Nabhan Garcia. O outro foi o general Franklímberg Ribeiro de Freitas, da presidência da Fundação Nacional do Índio, a Funai (v HP 12/06/2019, [Bolsonaro exonera general presidente da Funai a pedido do chefe da milícia rural](#)).

Luiz Antônio Nabhan Garcia é presidente da União Democrática Ruralista (UDR), notória milícia latifundiária cujo objetivo é combater a reforma agrária – e os trabalhadores rurais que não se submetem ao latifúndio e à grilagem. Durante a campanha eleitoral, Nabhan defendeu o aumento do desmatamento na Amazônia e declarou que o Acordo de Paris, sobre as emissões de gás carbônico na atmosfera, “se fosse papel higiênico, serviria apenas para limpar a bunda”.

ANTONIO ROSA



Chefe da UDR queria que servidores do Incra o chamassem de ministro



Miliano preso por jogar armas do assassinato no mar em foto com Bolsonaro

“Todos os suspeitos da morte de Marielle têm relação com Bolsonaro?”, questiona Randolfe

Em sua conta no Twitter, o senador Randolfe Rodrigues comentou a relação entre os milicianos presos pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes com o clã de Jair Bolsonaro. Segundo o senador, “todos os suspeitos da morte de Marielle têm relação com Bolsonaro”.

“Até agora todos os acusados pelo assassinato de Marielle e Anderson tem algum tipo de ligação com o presidente. A questão é: quem mandou os conhecidos e vizinhos de Bolsonaro matarem Marielle e Anderson?”, indagou o senador do Amapá.

O questionamento vem novamente à tona após a prisão de Josinaldo Lucas Freitas, na última quinta-feira (03), acusado de ter jogado no mar armas que teriam sido usadas no assassinato de Marielle e Anderson.

Conhecido como Djaca, Josinaldo é professor de artes marciais, DJ e possui diversas fotos nas redes sociais ao lado de Bolsonaro, seu filho vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro e outros políticos.

Em uma das imagens o lutador e o político aparecem fazendo o sinal de positivo. Na foto aparece a data “28 de outubro de 2018”, dia em que Bolsonaro foi eleito presidente da República. Porém, não há como saber se a foto foi tirada naquele dia, ou apenas postada para comemorar a vitória do político.

Uma das pessoas que curtiram a foto foi Marcio Mantovano, também preso na operação desta quinta-feira. Na outra foto, feita em 2017 durante um torneio de luta, Djaca e Bolsonaro estão – de acordo com a legenda – ao lado de um veterinário que é amigo do lutador.

Djaca também publicou fotos ao lado do vereador Marcello Siciliano, outro investigado no caso Marielle. O lutador comentou, na imagem, que o parlamentar era “o melhor vereador” que já apoiara.

Em outra foto, feita na Câmara Municipal do Rio, Djaca posa com o vereador Carlos Bolsonaro. Apesar dos registros, o inquérito da Delegacia de Homicídios não cita uma eventual ligação entre Djaca e Bolsonaro.

Conforme apurado pela revista *Veja*, o professor de artes marciais vive e dá aulas na região de Rio das Pedras e Muzema, zona oeste do Rio, onde ficam favelas dominadas por milicianos. Em suas redes sociais, Djaca já postou panfletos que fazem propaganda de um serviço de transporte

de passageiros apelidado de “Uber da milícia”.

Outras evidências que aproximam a morte de Marielle a Bolsonaro: O ex-PM e miliciano Ronnie Lessa, assassino de Marielle, era vizinho de condomínio de Bolsonaro. Morava a menos de 100 metros.

Capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe do Eseritório do Crime, da milícia do Rio das Pedras, e que utilizava os serviços de Ronnie Lessa, teve mãe e esposa empregadas pelo então deputado Flávio Bolsonaro, filho de Jair.

Major Ronaldo Paulo Alves Pereira, outro envolvido com as milícias do Rio das Pedras, recebeu moção de louvor na Assembleia Legislativa, conferida por Flávio Bolsonaro.

Motorista Queiroz, ponto de contato com a milícia do Rio das Pedras, administrava a caixa de Flávio Bolsonaro na Assembleia e repassava dinheiro para a primeira dama.

Ligados às milícias, os gêmeos Alan e Alex Rodrigues de Oliveira eram segurança e Flávio. Sua irmã Valdeni era tesoureira do PSL do Rio.

PMs invadiram hospital para pegar a bala de fuzil que vitimou Ágatha

Um dia após a morte da menina Ágatha Vitória Félix, policiais militares invadiram o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, zona Norte do Rio de Janeiro, onde ela ficou internada, para pegar a bala de fuzil que a matou.

Segundo reportagem da Revista *Veja* desta quinta-feira, 3, os PMs entraram no hospital na madrugada de sábado, 21 de setembro, pouco depois da constatação da morte da menina de 8 anos.

De acordo com a reportagem, a informação foi relatada por integrantes da equipe de médicos e de enfermeiros de plantão a policiais civis. Eles se recusaram a entregar a bala que, posteriormente, foi encaminhada para a Polícia Civil, responsável pelas investigações.

A perícia realizada na bala concluiu que não será possível compará-la com as armas dos PMs que estavam na favela



porque foi encontrado apenas um fragmento deformado do projétil.

A Delegacia de Homicídios procura convencer os integrantes da equipe médica a prestarem depoimento sobre a invasão, mas os profissionais temem represálias. Segundo a revista, os investigadores não conseguiram imagens da ida dos policiais ao hospital.

Essa informação reforça

o depoimento da família de Ágatha e de testemunhas dos disparos, como o motorista da Kombi onde a menina estava quando foi atingida, de que a bala veio de um fuzil de um dos policiais que estavam no local e que não havia confronto entre policiais e bandidos no momento. A versão dos policiais militares envolvidos no caso é de que revidaram a disparos.



Silvio Tendler e João Vicente Goulart no debate da Mostra Cinema com Partido

“É hora de unidade para isolar esse governo”, diz o cineasta Silvio Tendler

A Mostra Democrática “Cinema com Partido” exibiu, no sábado (5), o filme “Jango”, sobre a vida do presidente da República João Goulart, cassado pelo golpe militar de 1964.

Após a sessão, que lotou o Cine-Teatro Denoy de Oliveira, foi realizado um debate com o renomado cineasta e diretor do filme de 1984, Silvio Tendler, e com João Vicente Goulart, filho de Jango e presidente do Instituto Presidente João Goulart.

O presidente da UMES, Lucas Chen, agradeceu a presença das personalidades e destacou a necessidade da realização deste debate em tempos de luta democrática. “Nessa obra Silvio, nós conseguimos ver, de uma forma bem retratada, a história da luta do povo. Um povo que sonha com uma vida melhor”.

“Esse é o objetivo do nosso debate aqui na Umes com os estudantes. Todos os dias, acordamos com um único sonho: fazer com que o nosso grande país tenha de fato a sua força liberada para ser tudo aquilo que ele pode ser. Nós já vimos na história, grandes personagens como o João Goulart, que conseguiram conduzir o país para este sonho”, disse o líder estudantil.

Chen considerou que o país está nesse momento “em uma encruzilhada”, com o obscurantismo de Bolsonaro de um lado e o desenvolvimento do outro. “Vamos superar o retrocesso que é o governo Bolsonaro. O povo brasileiro não irá aceitar isso”, destacou ao conceder a palavra aos debatedores.

Para o diretor Silvio Tendler o momento atual exige não apenas o debate da história brasileira, mas a necessidade de se “discutir o futuro do país”. Segundo o diretor, “está na hora de construirmos a unidade para conseguir isolar esse governo”.

“Então a importância deste filme, que eu tenho muito orgulho, foi de ter contribuído para o povo conhecer um dos maiores brasileiros que a gente tem conhecimento, que é o presidente João Goulart. Um dos melhores projetos políticos que o Brasil já teve, que foram as propostas do presidente Jango”, disse Silvio Tendler.

“Nós estamos num momento de resistência. Essa sala está superbonita cheia de jovens militantes, o que nos dá a esperança de que essa resistência tem futuro. Mas os mais velhos que estão aqui nos dão a garantia que essa resistência tem história. E isso é fundamental. Aqui tem várias gerações de luta, as futuras e as que lutaram por um tempo e eu tenho muito orgulho de estar dentro dessa luta”.

ALERTA

João Vicente Goulart, filho do presidente Jango, agradeceu a Silvio Tendler pela “grandiosidade deste filme, que foi feito em um momento difícil da história brasileira”.

“Em 84, estávamos no começo da liberação democrática. Lembro que só em 82 houve a primeira eleição de governadores e ainda existia uma grande perseguição política no Brasil”, disse.

“O filme Jango foi, naquele momento, e continua sendo, um grito de alerta das lutas políticas que foram propostas em 64 e das lutas políticas que nós temos que desenvolver”, destacou.

Ele criticou ainda o governo de “incapazes” de Bolsonaro.

“A incapacidade é o que nós estamos vendo hoje. Não acredito que nós tenhamos ai um ministério como esse de Bolsonaro que não respeita sequer a nossa brasilidade, a nossa soberania. Nós estamos fazendo verdadeiros fiascos internacionais”, disse.

Ele condenou ainda os “ataques constantes contra a cultura brasileira, contra a Ancine, os estudantes, a carteira estudantil, o trabalhador e a previdência”.

“O mais incrível é a degradação que ocorre na nossa democracia. Hoje vemos os nossos direitos, os direitos dos trabalhadores, dos estudantes, das minorias serem cada vez mais reduzidos e cada vez a democracia correndo mais risco, com essa série de imbecilidades praticadas pelo governo Bolsonaro”, destacou.

“O nosso verdadeiro adversário é o risco à democracia representado pelo Bolsonaro”.

João Vicente considerou que o filme retrata muito bem a Frente Ampla proposta por Jango a Carlos Lacerda, que também foi cassado pela ditadura. “Nós temos que refletir sobre isso hoje na situação brasileira. Vejamos só, não se trata hoje de esquerda contra direita, se trata de resgatar o Brasil do fascismo por uma sociedade mais justa. Para isso, nós temos que ampliar, como disse Jango, quando recebeu o Lacerda disse: ‘Primeiro o Brasil, depois nós vamos ver as nossas divergências’.

Governo prepara pacote que ataca direitos de servidores



Corsino foi trocada por assessor do PSL

Ministro terá que explicar nomeações feitas no Iphan

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, terá que prestar esclarecimentos ao Congresso por conta da nomeação do ex-assessor do PSL, Jeyson Dias Cabral Silva, para a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Minas Gerais para o lugar da especialista Célia Corsino.

Um requerimento protocolado pela deputada federal Aurea Carolina (PSol-MG), na terça-feira (1º), pede esclarecimentos sobre “a denúncia de aparelhamento político” da superintendência do órgão público.

O ministro tem 30 dias para responder aos questionamentos. Além de perguntas sobre a nomeação, a parlamentar pede explicações sobre o corte de orçamento da pasta e como se dará a preservação do patrimônio histórico e cultural com esse contingenciamento. Célia foi exonerada do comando da superintendência do Iphan de Minas Gerais (Iphan-MG), um dos mais importantes do país, já que o estado concentra 60% dos bens tombados pelo instituto, conforme publicação no Diário Oficial da União na última quarta-feira (25).

Em seu lugar, por nomeação de Osmar Terra, entrará Jeyson Dias Cabral da Silva, que é cinegrafista da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e já atuou como assessor legislativo do ex-vereador e hoje deputado federal Charles Evangelista (PSL).

Funcionária de carreira do Iphan desde 1974, a museóloga Célia Corsino é considerada autoridade mundial em patrimônio histórico. Ela foi uma das responsáveis pela criação do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e pelo primeiro museu brasileiro de patrimônio imaterial em uma antiga estação ferroviária de Belo Horizonte.

Segundo informações do Iphan, Célia possui graduação em Museologia pelo Museu Histórico Nacional (1973), especialização em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá (1985) e especialização em Administração de Projetos Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (1986). Foi por duas vezes diretora de identificação e documentação do Iphan nacional (1996-2002) e atualmente também é funcionária da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A deputada Aurea Carolina afirma no documento que “o desmanche do setor cultural tem sido visto com estranheza e muita preocupação. “Minas Gerais reúne 60% de todo o patrimônio tombado do país, dentre ele nove cidades. A Superintendência do Iphan no estado é uma das mais complexas dentro da estrutura nacional do instituto”, observa a parlamentar.

DESMONTE

Sob o (des)governo Bolsonaro, unidades estaduais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) perdem a qualidade do quadro técnico e sofrem drástica redução orçamentária de 72%.

O órgão, ligado ao Ministério da Cidadania, de Osmar Terra, desde a extinção do Ministério da Cultura, é responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Até o momento, a gestão do instituto foi trocada nos estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás, Distrito Federal. No Mato Grosso do Sul, a exoneração da antiga superintendente e a nomeação de outra pessoa para o cargo foi feita e em seguida revogada pelo ministro.

Em março deste ano, Bolsonaro assinou o decreto 9.227/19 que amplia as restrições para nomeações de cargos em comissão e função de confiança da administração Federal, autárquica e funcional, como é o caso do Iphan.

Na prática, a texto determina critérios como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou função para a qual a pessoa tenha sido indicada. Mas não foi essa a regra aplicada na nomeação de quadros colocados à frente das entidades públicas de proteção ao patrimônio histórico, ligadas ao Iphan, em Ouro Preto, Paraná, Goiás e Distrito Federal.

Em todos esses locais, técnicos à frente das superintendências do instituto foram trocados por nomes da base aliada do governo Bolsonaro, sem experiência alguma no ramo.

Além de reduzir a qualidade técnica dos quadros de preservação de patrimônio histórico, o governo Bolsonaro prevê no Projeto de Lei Orçamentária, enviado ao Congresso, uma redução orçamentária de mais de 70% de recursos que a área recebe hoje para o ano que vem.

Os valores para preservação de patrimônio e memória reduziu de R\$ 230.816.976 para R\$ 66.509.432, uma perda de 72%.

O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Nivaldo Andrade, afirmou que o interesse político no Iphan está ligado ao licenciamento de empreendimentos. “Embora tenha poucos recursos econômicos, o Iphan tem uma influência e um poder muito grandes. Ele aprova ou reprova empreendimentos que envolvem bilhões de reais”, disse.

Segundo Nivaldo, as ações do governo revelam o “processo de desmonte do Iphan”. Ele destaca que o instituto, há 82 anos em atividade, passou por diversas mudanças políticas no país e é um dos órgãos mais antigos da área no mundo. “Se você fica sem investir dinheiro na restauração e conservação do patrimônio, na fiscalização, se autoriza licenciamentos que não deveriam ser autorizados, [o impacto] é irreversível”, disse. “É a memória da sociedade brasileira, a memória do país que vai se perder. Não tem volta.”



Guedes e sua equipe econômica querem reduzir número de carreiras



Senadores rejeitaram proposta do governo de restringir o direito ao abono

Senado decide que o benefício do abono será mantido a quem recebe até 2 salários mínimos

O governo sofreu uma derrota no Senado, na madrugada de quarta-feira (2), durante a votação do projeto de reforma da Previdência.

A proposta derrotada foi a de restringir o benefício do abono salarial. Hoje, o benefício – no valor de um salário mínimo – é destinado a quem recebe até dois salários mínimos (R\$ 1.996 em 2019).

A proposta do governo era passar a pagar para quem recebe apenas um salário mínimo. Na Câmara, o valor foi alterado, passando para R\$ 1.364,43 por mês, ainda menor do que é pago atualmente.

Para manter a restrição

do benefício, a proposta precisava de 49 votos a favor, mas só obteve 42. Com a derrota, ficou mantida a regra em vigor.

O destaque foi proposto pela bancada do Cidadania, excluindo do texto as mudanças sobre o abono salarial.

Para a líder do partido, Eliziane Gama (MA), que defendeu o destaque à tribuna, a votação “foi uma grande vitória. O plenário, a partir de um destaque que apresentei hoje na reforma da Previdência, garantiu o pagamento de abono salarial para quem ganha até dois salários mínimos”.

“Com proposta nossa aprovada, 13 milhões de brasileiros vão manter o

abono salarial pago para quem ganha até R\$1.996 por mês, ou seja 2 salários. Não podemos concordar com uma reforma que arrocha ainda mais os trabalhadores mais pobres”, afirmou.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também comemorou a vitória em manifestação nas redes sociais: “Conseguimos manter o pagamento do abono salarial para trabalhadores que ganham até 2 salários mínimos mensais na proposta de Reforma da Previdência em discussão no Senado. A intenção do governo era limitar o pagamento para quem ganha até R\$ 1.300,00 mensais. Perderam!”.

STF decide que reajuste salarial anual de servidores não será mais obrigatório

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quarta-feira (26 de setembro), que os governos federal, estaduais e municipais estão desobrigados a conceder reajuste anual ao funcionalismo público. A não fixação da data-base anual dos servidores, no entanto, só poderá ocorrer se for acompanhada de uma justificativa do Executivo ao Legislativo.

A atualização anual dos salários dos servidores, com reposição da inflação, é assegurada pela Constituição, porém, com o novo entendimento do STF, o que já era descumprido pelos governos por falta de regulamentação, ficou agora instituído, bastando uma justificativa como “equilíbrio fiscal” ou “limitação de gastos com pessoal” para que não haja revisão salarial.

A decisão do plenário não foi unânime, com seis ministros contrários ao reajuste e quatro favoráveis à garantia do



Medida afeta servidores de todas as esferas

aumento.

O processo julgado, que chegou ao STF em 2007, tratava inicialmente sobre o direito de funcionários públicos de São Paulo receberem indenização pelo descumprimento de reajustes anuais do passado. O recurso voltou ao STF em 2014 e, com pedido de vistas do ministro Dias Toffoli, retornou agora. A decisão da quarta-feira tem jurisprudência geral, com efeito sobre todo o

funcionalismo público.

Na prática, a decisão do STF corrobora com o que tem sido defendido pela equipe econômica de Bolsonaro, a política de arrocho e cortes de gastos em todos os setores da administração pública. Como avalia o próprio governo, a decisão do STF contribuiu para legalizar a proposta orçamentária do ministro Paulo Guedes, que já prevê o congelamento do salário dos servidores civis em 2020.

Fim da estabilidade e achatamento dos salários estão previstos pelo governo

O governo de Bolsonaro irá enviar ao Congresso Nacional uma proposta de reforma administrativa que vai afetar diretamente o funcionalismo público.

De acordo com reportagem do O Estado de SP, publicada nesta segunda-feira, 7, a proposta elaborada pela equipe econômica de Guedes prevê a extinção da estabilidade dos novos funcionários, a redução do número de carreiras, fim da progressão automática por tempo de serviço, o “alinhamento dos salários” do setor público aos da iniciativa privada, ou seja, o achatamento dos salários dos servidores, já pretendido pelo governo com o congelamento dos reajustes, entre outras medidas.

A proposta deve ser encaminhada nos próximos dias, conforme informou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, após encontro com Bolsonaro no domingo.

“O Senado vai começar a discutir para que a gente também possa garantir gatilhos do controle de despesas no curto prazo. Não adianta avançar se todo ano as despesas obrigatórias crescem e os investimentos ficam cada vez menores”, disse Maia, nesta segunda-feira, 7, para quem os salários dos servidores públicos são tratados como “despesas” que devem ser cortadas.

Em relação à questão do fim da estabilidade, na própria segunda-feira, Bolsonaro negou que tenha discutido o tema com Maia.

No entanto, desde o mês passado o projeto que altera regras do funcionalismo vem sendo debatido entre o Executivo e o Legislativo. No início de setembro, o presidente da Câmara declarou que o debate existe, mas

que eventuais mudanças afetariam apenas novos servidores: “No meu radar é tudo para frente. Essa discussão para trás eu acho ruim. Reduzir salário hoje de quem já entrou numa regra, eu acho ruim. Tira estabilidade de quem já entrou com essa regra, é ruim. Eu defendo, para que a gente tenha uma reforma administrativa mais rápida, e que atinja nossos objetivos, que não se olhe para trás. Olhe só para o futuro”, disse.

Em reação ao pacote anti-servidor, servidores estão se mobilizando e denunciando em audiências públicas o plano do governo de desmonte do funcionalismo público.

Para o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindisep-DF), Oton Pereira Neves, ao almejar o fim da estabilidade no serviço público, o governo promove “terror” no funcionalismo.

“A estabilidade no serviço não é somente a vantagem para o servidor. Ela é o quesito que dá condições ao servidor de exercer sua função enquanto agente do Estado. Ele tem que exercer sua função primeiro sob as leis, senão fica vulnerável às vontades políticas de quem está no poder”, disse em declaração ao portal HuffPost.

Os servidores também têm o apoio de 235 deputados e senadores no Congresso, onde foi instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Para o presidente da Frente, deputado Israel Batista (PV-DF), a estabilidade do serviço público “garante a continuidade de políticas de Estado”. “O servidor público guarda memórias do Estado e mantém funcionando as políticas públicas que não pertencem a nenhum partido político.”, afirmou.

Direção da Petrobrás anuncia corte de benefícios e “negociação individual”

A direção da Petrobrás anunciou que irá iniciar o corte de benefícios dos trabalhadores. O anúncio foi feito em meio à negociação coletiva, mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e que ainda não foi finalizada.

Até o último dia 1º de outubro, conforme definido pelo TST, estava vigente o Acordo Coletivo de Trabalho anterior (2017-2018), mantendo os direitos dos trabalhadores.

Com o fim do prazo, a direção da empresa comunicou que irá iniciar uma “transição para a legislação trabalhista vigente”, suspendendo direitos estabelecidos nas negociações anteriores.

Entre eles, estão o fim da antecipação do 13º salário, adicional de férias de 100% do salário e adicionais por tempo de serviço.

Além disso, a empresa anunciou, na terça-feira, 02, que está negociando “individualmente” com parte dos funcionários, o que nunca ocorreu.

A empresa baseia-se nas alterações feitas pela criminosa reforma trabalhista, que teve por objetivo enfraquecer a organização dos trabalhadores e seu potencial de atuação coletiva nas negociações. Segundo a empresa, a negociação individual está sendo feita com 6.692 dos 47.556 funcionários com salário acima de R\$ 11.678,90.

O TST está mediantando as negociações desde agosto e, em sua proposta,

manteve os termos defendidos Petrobrás, prevendo reajuste abaixo da inflação (70% do INPC) e a retirada de benefícios.

“A proposta da empresa desmonta toda a construção do nosso acordo coletivo, retirando vários direitos que nós conquistamos ao longo de décadas, cláusulas que estão há mais de 20 anos em nosso acordo coletivo”, afirmou José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Sem acordo, no dia 26 de setembro, os petroleiros pediram a prorrogação do prazo para manter a negociação, o que foi negado pela empresa.

Diante disso, os petroleiros agora vão às assembleias, que serão realizadas até o dia 17 de outubro, e irão avaliar a proposta de acordo apresentada pelo TST.

Conforme a (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a indicação é pela rejeição e, caso não haja avanço nas negociações, a categoria entrará em greve no dia 26 de outubro.

“É importante ressaltar que esta proposta, considerada pelo tribunal um grande esforço, mantém na prática a retirada de direitos históricos da categoria. Os avanços apresentados não alteram, de maneira satisfatória, a avalanche de ataques que a atual direção da Petrobrás tenta impor – agora com a anuência indireta do TST”, afirma a FNP.

“Netanyahu deve renunciar caso seja indiciado”, declara o opositor israelense Gantz

Referindo-se ao processo que corre contra o premiê Netanyahu por fraude, suborno e quebra de confiança, o principal opositor, Benny Gantz, disse que ele deveria renunciar caso seja indiciado.

“Não gostaria de ver Netanyahu indiciado ou trancado atrás das grades, mas se for indiciado deve renunciar”, afirmou o general Gantz que lidera a coalizão Azul e Branco.

Esclarecendo que a questão é “a indicação de um primeiro-ministro e não de um imunidade-ministro”.

CRESCE APOIO A GANTZ

Yair Lapid, que divide com Gantz a liderança da coalizão Azul e Branco – formada com o acordo de que, se a coalizão vencesse, Gantz ficaria na direção de Israel por dois anos e cederia o comando a Lapid por outros dois – declarou total apoio a Gantz em suas iniciativas para formar um governo sem Netanyahu.

Nesta quinta-feira, Lapid declarou que abre mão dos dois anos acordados para facilitar a ampliação da base de apoio de Gantz e possibilitar que ele atue da melhor forma para estabelecer a maioria parlamentar e encabeçar o novo governo.

Quanto a Bibi Netanyahu, Lapid secundou a fala de Gantz e afirmou que “um primeiro-ministro embrulhado em corrupção, não tem, necessariamente, os melhores interesses dos cidadãos em mente”.

“O que precisamos tratar são itens importantes como Saúde, Segurança e Educação, não com questões referentes a suborno”, afirmou ainda Lapid.

Quanto a Netanyahu, não conseguiu, em seu segundo dia de arguição, nenhum avanço em termos de apoio ao seu desespero em formar gabinete ministerial. A reunião com o direitista Lieberman, que comanda o partido “Israel Nossa Casa”, terminou depois de uma hora, sem que nenhum dos lados se pronunciasse a respeito de um acordo. Lieberman, até o momento, diz que só pretende integrar um governo sem a participação dos religiosos, pois pretende aprovar uma nova legislação tirando o privilégio dos estudantes em escolas de religião ortodoxa, de não servirem nas Forças Armadas, ou de não estudarem matemática ou outras cadeiras científicas.

Lapid também se manifestou quanto às dificuldades de Netanyahu de formar governo, lembrando que, caso o impasse permaneça, haverá novas eleições ao final de novembro ou início de dezembro, elevando a tensão no país. Lapid destacou que “não é possível que um homem que encara três indiciamentos tente arrastar a todos nós para mais uma eleição”.

O líder trabalhista e ex-líder sindical, Amir Peretz, declarou que Gantz deve ser capacitado a dirigir a formação do governo o quanto antes e destacando que os trabalhistas “serão os primeiros a apoiar um governo amplo sob seu comando”.

O isolamento de Netanyahu já chega até às hostes de sua coalizão, o Likud. Um dos principais líderes da coalizão e ex-ministro do Interior, Gideon Saar, teria aventado a possibilidade de que Netanyahu abra mão de seu posto para que sua coalizão possa estabelecer com a coalizão Azul e Branco e demais formações um governo de “unidade”.

Segundo informações do jornal israelense, Haaretz, a resposta de Netanyahu foi ameaçar com a convocação de eleições internas extraordinárias para determinar se ele continua ou não liderando o Likud, ao que Gideon Saar respondeu: “Estou pronto”.

Obrador defende universidade pública disponível a todo mexicano que queira estudar

O presidente do México, Andrés López Obrador, afirmou que os vestibulares para os estudantes que querem entrar nas universidades públicas devem acabar. “O ideal é que todos os que queiram ingressar à universidade possam fazê-lo e que se suprimam os exames de admissão, que se garanta o direito à educação. A educação não é um privilégio, é um direito do povo e uma obrigação do Estado”, frisou.

“Eu não concordo com os exames de admissão, todos têm que ter a oportunidade de entrar na universidade. E que haja um período de atualização, de preparação, de melhor educação, para que possam estudar, mas não rechaçar ninguém”, disse.

“É mil vezes melhor ter um jovem estudando que tê-lo na rua”, assinalou durante conferência de imprensa realizada no Palácio Nacional, frente a dezenas de convidados que assistiram à Terceira Reunião da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e o Caribe, na terça-feira, 1 de outubro.

López Obrador marcou sua divergência com os três aspirantes à Reitoria da Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, entre eles o atual reitor, Enrique Graue

Wiechers, que pensam que se deve manter o vestibular. A Lei Orgânica da UNAM feita desde 1945 à Junta de Governo – integrada por 15 acadêmicos – designar o reitor que dirigirá a principal universidade pública do país até 2023.

A proposta do governo nacional de criar 100 campi da Universidade Benito Juárez nas regiões mais pobres do país está firme e já existem recursos para, nos próximos meses, iniciar esse processo, comentou o presidente.

Lembrou que no período neoliberal argumentavam que os jovens não passavam no vestibular por falta de preparo e essa era a forma de rechaçar os. “Isso foi uma constante e não é verdade, foi uma mentira. Não é que não passavam, é que não havia espaços porque não se destinavam recursos para as universidades, porque o propósito era pôr a educação no mercado como se fosse uma mercadoria, privatizá-la”, observou.

Afirmou que se deixou de investir na educação pública e que durante três décadas foram rechaçados 300 mil jovens por ano nas universidades públicas, o que derivou em que crescessem as matrículas em escolas privadas e milhares ficassem de fora dos estudos.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Fogo que devastou Amazônia não é o do Evangelho”, afirma o Papa



Papa condena o “destrutivo fogo dos interesses que devasta a Amazônia”

Eleições em Portugal: socialistas e seus aliados de governo são reeleitos

Ao se contrapor ao regime de arrocho que a Troika (FMI, BC da Europa e Comissão Europeia) impuseram aos portugueses nos mandatos da direita neoliberal, o governo composto pelo Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista e Verdes, foi reeleito e ampliou a vantagem sobre os adversários.

Em 2015, os socialistas eram 86 parlamentares, enquanto que agora obtiveram 106 cadeiras. Já os direitistas do PSD que indicaram Rui Rio como candidato, foram fragorosamente derrotados e caíram de 107 cadeiras em 2015, para 77 nestas eleições.

O mais contemplado pelos eleitores no pleito deste domingo foi o Partido Socialista que, nas eleições anteriores, de 2015, obteve 32,31% dos votos e ficou em segundo lugar e, agora, chegou em primeiro, crescendo para receber 36,35% dos votos válidos. No conjunto, os votantes conferiram aos partidos que compuseram o governo dirigido pelo ministro António Costa, 52,78% dos votos, quando em 2015, estas mesmas agremiações perfizeram 50,78%.

Ainda que não tenha rompido com todas as imposições da Troika, Costa, que presidiu um governo de um bloco que os adversários diziam que não iria funcionar (apelidando esta coalizão de ‘Geringonça’), desafiou algumas das imposições, negando-se a demitir em massa e elevando o salário mínimo de forma constante durante os quatro anos em que governou, passando de 505 para 600 euros.

O desemprego graças a obras de infraestrutura e avanço no setor de turismo, foi reduzido pela metade e o país – que do ano 2000 até 2015, cresceu abaixo da média da Zona do Euro, à exceção do ano de 2009 – teve crescimento, ainda que sofrível, acima da média

desta região europeia: em 2016, 2,0% contra 1,9%; 2017, 3,5% contra 2,4% e 2018, 2,4% contra 1,8%. Agora, o líder dos socialistas, António Costa, que chegou à sede do partido para celebrar a vitória sob aplausos e palavras de ordem saudando o 25 de Abril [data da Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura portuguesa], “25 de Abril vive” e “Fascismo não”, declarou: “As pessoas gostaram da Geringonça”.

Apesar do avanço em número de votos e deputados, a votação não lhes foi suficiente para a obtenção da maioria absoluta, 116 de um total de 230 assentos, e o PS terá que formar um governo de aliança novamente.

A líder do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, ressaltou que sem a participação do BE, os socialistas não terão a condição de levar adiante medidas que considera fundamentais: “Elevação dos salários, diminuição do período de contribuição para a aposentadoria, enfrentamento da crise da habitação e avanços no Serviço Nacional de Saúde”.

O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, declarou que



Primeiro-ministro António Costa celebra a vitória

seu partido só participará de um novo governo com os socialistas caso sejam adotadas medidas de enfrentamento a imposições encabeçadas pelo FMI que ainda emperram o crescimento do país com mais justiça social e igualdade.

Ele elencou entre as que “considera positivas” o aumento imediato de 41,7% no salário mínimo, que deve passar dos atuais 600 para 850 euros; o fim das medidas da ‘reforma trabalhista’ impostas pela Troika e adotadas nos governos anteriores; da mesma forma, a reposição dos direitos previdenciários subtraídos anteriormente e a determinação de 40 anos para o tempo de contribuição para a aposentadoria”.

Jerónimo ressaltou ainda a defesa da “universalização das creches públicas gratuitas para crianças até os 3 anos de idade, solução da falta de habitações, investimento no Serviço Nacional de Saúde, mais investimento em Cultura, proteção da natureza, meio ambiente e equilíbrio ecológico”.

Além destes principais resultados, registrou-se o crescimento de alguns pequenos partidos, sendo o que obteve melhor resultado, dentre os pequenos, o PAN (Pessoas-Animais-Natureza) que passou de um deputado para uma bancada de 4 parlamentares.

O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, declarou que

Equador: protestos contra o aumento nos combustíveis desafiam estado de exceção

O presidente da Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), Messiah Tatamuez, convocou “trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, aposentados, universitários” para participar de uma greve nacional na próxima quarta-feira. Enquanto isso, o governo de Lenin Moreno tenta, com a decretação do estado de exceção e desenfreada repressão, fazer retroceder o movimento nacional contra a medida imposta pelo FMI – de corte nos subsídios que são mantidos há 40 anos, o que fez o preço dos combustíveis ser elevado em 123%.

Desde o início das manifestações que levaram a confrontos com contingentes policiais, quando os participantes do protesto fechavam estradas e cruzamentos com barricadas e

colchões e pneus em chamas, até o fechamento da edição desta matéria, já há, entre os manifestantes, 73 feridos e 379 detidos.

Embora as federações de transporte do Equador tenham suspenso, na noite da sexta-feira, 4, a greve que apoiaram diante do aumento dos preços dos combustíveis, segue a revolta popular, os protestos continuam.

O movimento indígena, outros sindicatos e estudantes alertaram que as mobilizações não vão parar. O presidente da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Cunaie), Jaime Vargas, anunciou uma mobilização aberta em protesto contra as decisões do governo e censurou as prisões de centenas de ativistas praticadas desde quinta-feira.

O levante popular começou depois que, sem resposta para o endividamento extremo e a falta de liquidez numa economia dolarizada, o presidente Moreno acertou um programa com o Fundo Monetário Internacional, FMI, para conseguir 4 bilhões e 209 milhões de dólares.

O pacote de medidas em troca do empréstimo inclui o já citado fim de subsídios aos combustíveis, que aliviavam a população que sofre com salários baixos e serviços precários. Essa medida fez subir os preços do galão americano (3,78 litros) de diesel de 1,03 (R\$ 4,18) a 2,30 dólares (R\$ 9,33) – ou seja, 123% – e de gasolina comum de 1,85 (R\$ 7,50) a US\$ 2,39 (R\$ 9,69).

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Deus nos preserve dos novos colonialismos que, sem amor nem respeito, devoram povos e culturas”, destacou o papa na abertura do Sínodo da Amazônia

“O fogo ateador por interesses que destroem, como o que devastou recentemente a Amazônia, não é o do Evangelho. O fogo de Deus é calor que atrai e congrega em unidade. Alimenta-se com a partilha, não com os lucros”, afirmou o papa Francisco na abertura da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, na manhã do domingo, dia 6, na Basílica de São Pedro, no Vaticano.

Na presença de uma multidão de fiéis, índios da Região Amazônica, que está presente em cinco países da América do Sul e os 185 padres sinodais, 58 do Brasil, o papa denunciou que “muitos irmãos e irmãs na Amazônia carregam cruzes pesadas”.

Ele também destacou que, diante da devastação, não é possível a passividade e conclamou a todos a reacenderem “o dom no fogo do Espírito”, que “é o oposto de deixar as coisas correr sem se fazer nada”.

O evento intitulado “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral” transcorrerá até o dia 27 deste mês.

“NOVOS COLONIALISMOS”

Papa Francisco lembrou que “o fogo de Deus, como no episódio da sarça ardente, arde, mas não consome. É fogo de amor que ilumina, aquece e dá vida; não fogo que alastra e devora”.

“Quando sem amor nem respeito se devoram povos e culturas”, acrescentou, “não é o fogo de Deus. Quantas vezes o dom de Deus foi, não oferecido, mas imposto! Quantas vezes houve colonização em vez de evangelização! Deus nos preserve da ganância dos novos colonialismos”.

A ideia dos “novos colonialismos” a que o papa se referiu, nos remete ao termo neocolonialismo, citado na Conferência de Bandung (Indonésia), de 1955, que deu origem ao Movimento dos Não Alinhados, onde diversos líderes da África e Ásia, cujos países haviam se libertado do jugo colonial – entre eles Sukarno, da Indonésia, Khruma, de Gana e Nehru, da Índia –, alertaram para uma nova forma de dominação e rapina das riquezas nacionais que seria comandada pela intervenção norte-americana nos países recém libertos. Nesta fase, que Nkruma chamou de “Neocolonialismo, último estágio do Imperialismo”, a dominação, muitas vezes, ao invés de se dar por ocupação com tropas, se faria e se faz através de uma dominação mediada por regimes títeres de dirigentes corruptos e submissos aos ditames de Washington e países centrais da Europa.

Convidando a olhar juntos para Jesus Crucificado, para o seu coração aberto por nós, o papa concluiu com mais uma exortação: “Muitos irmãos e irmãs na Amazônia carregam cruzes pesadas e aguardam pela consolação libertadora do Evangelho, pela carícia de amor da Igreja. Por eles, com eles, caminhemos juntos”.

Aqui no Brasil, onde Bolsonaro negou a ocorrência das vastas queimadas e sua

ampliação após sua posse na Presidência, atribuindo as denúncias documentadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, a “ONGS estrangeiras”, a preparação para o Sínodo não se deu sem tensões ou atropelos.

PRESSÃO SOBRE A IGREJA

O bispo de Marajó (PA), Dom Evaristo Pascoal Spengler, apresentou duras críticas à espionagem, via Agência Brasileira de Informação (Abin), sobre as atividades da Igreja Católica relacionadas ao Sínodo da Amazônia. “Isso é um retrocesso que só vimos na ditadura militar”, disse o bispo.

Tanto assim, que no dia 30 de setembro lideranças de diferentes religiões e doutrinas se reuniram na Catedral da Sé, em São Paulo, e declararam solidariedade ao encontro do Sínodo. O evento foi organizado pela Frente Inter-Religiosa Dom Paulo Evaristo Arns, composta por integrantes de 12 religiões e doutrinas. O evento contou com a participação do brasileiro Dom Claudio Hummes., relator do encontro internacional entre bispos e o papa.

No evento além de Dom Claudio, que afirmou: “Juntos vamos pensar as grandes causas da humanidade. O Sínodo não é fechado, não é exclusivo, ele é inclusivo. A crise amazônica é grave. Vivemos uma grande crise socioambiental”, outros líderes denunciaram a devastação.

O sheikh Al Bukai, da União Nacional das Entidades Islâmicas, afirmou que “a reunião trata de um suicídio coletivo que o ser humano comete contra a natureza. Eu quero desejar que o Sínodo da Amazônia seja uma luz que ilumine os corações dos governantes”.

O rabino Alexandre Leone reforçou que o encontro no Vaticano seja bem-sucedido. “Neste momento urgente e crucial de tomada de consciência da devastação da natureza da Amazônia e de tantos outros lugares do planeta, a Igreja Católica, o papa Francisco chama o Sínodo para refletir sobre a situação e propor novos caminhos”.

“Nossos orixás estão na natureza, na água, no ar, na terra. Eu peço a manutenção da natureza. Os povos originários são assassinados todos os dias, com a natureza. Que esse Sínodo permita que todos nós mudemos a nossa história”, disse a sacerdotisa do Candomblé, Adriana de Nanã.

Segundo o pastor Ariovaldo Ramos, o Sínodo da Amazônia pode contribuir para um caminho diante da crise ambiental instalada. “Quando o Criador colocou o homem no planeta, nos deu a tarefa de governar o planeta. Falhamos, mas há sempre esperança, o Sínodo é a esperança. Que tenha sucesso”.

Centrais argentinas CTA e CGT respondem à devastação macrista com unificação

Com a participação de mais de mil delegados de todo o país, o Congresso Anual Ordinário da Central dos Trabalhadores Argentinos, CTA, aprovou “o início de uma reunificação histórica para o movimento sindical, o retorno ao seio da Confederação Geral do Trabalho, CGT”, fato que supera a ruptura e divisões ocorridas a partir de 1991.

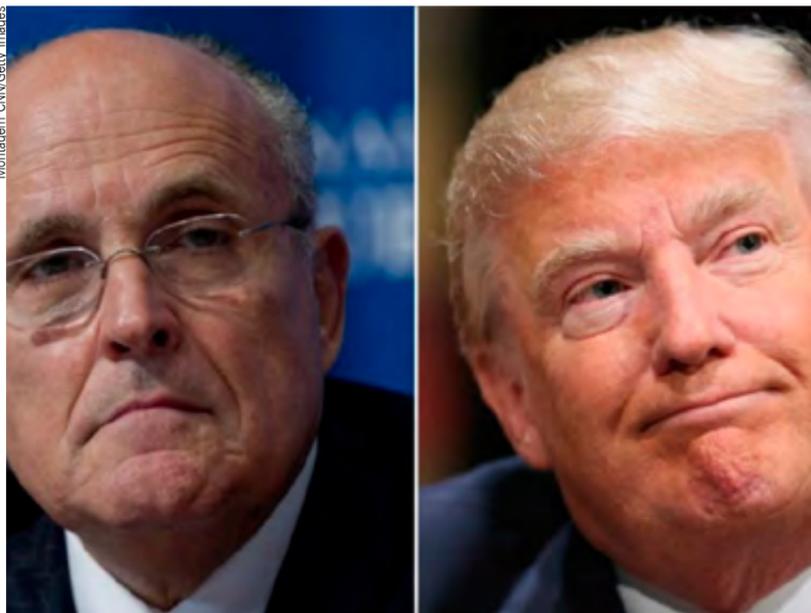
O amplo e representativo encontro da CTA, ao qual assistiu o candidato a presidente da Frente de Todos, Alberto Fernández, apoiou a chapa peronista para as eleições de 27 de outubro

e manifestou que “se impõe começar o caminho da unidade sindical”. Até hoje existem duas CTA’s, a dos Trabalhadores e a Autónoma, que também estão em processo de unificação.

“Depois de anos de políticas neoliberais que levaram os trabalhadores ao desastre, este Congresso definiu com maturidade e responsabilidade política o começo do caminho que conduzirá a um diálogo difícil, porém imprescindível para conquistar a unidade”, disse o dirigente da Central, líder do professorado, Hugo Yasky.

A matéria na íntegra está em: www.horadopovo.com.br

Impeachment esquentada e Câmara intima até o advogado de Trump



O advogado de Trump, Rudy Giuliani, contratou advogado para defendê-lo

Manifestantes exigem em Londres "Liberdade para Assange!" em frente da prisão de Belmarsh

Ato público reuniu manifestantes no sábado (28) do lado de fora do presídio de segurança máxima de Belmarsh – conhecida como a 'Guantánamo britânica' –, em Londres, para exigir a libertação do jornalista e fundador do WikiLeaks, Julian Assange. No ato, seu pai, John Shipton, recebeu em seu nome o prêmio Gavin MacFadyen 2019 – o único prêmio de jornalismo concedido por denunciantes. Os manifestantes marcharam até à entrada da prisão, exigindo aos brados que "libertem Julian Assange" e "só há uma decisão – sem extradição".

Desde o dia 22, a manutenção de Assange na prisão se tornou ainda mais arbitrária, com a juíza Vanessa Baraitser determinando sua prisão preventiva a partir de agora por causa do pedido de extradição dos EUA, onde um júri, secreto por anos a fio, o acusou de 'espionagem' por ter denunciado crimes de guerra norte-americanos no Iraque, Afeganistão e outros países, sujeitando-o a pena de prisão de 175 anos.

O prêmio foi entregue por Eileen Chubb, uma denunciante que liderou esforços para expor abusos criminais no setor de assistência social na Grã Bretanha, e co-fundadora, com o falecido jornalista investigativo Gavin MacFadyen, do "The Whistler".

Como assinalou Chubb, Gavin dedicou-se a que o jornalismo fosse um "poder para o bem", que desse "voz aos denunciantes, para que a verdade possa ser dita, não importa quão inconveniente seja". "O prêmio deste ano é único porque presta homenagem a um dos maiores jornalistas e editores da história, Julian Assange", afirmou.

ULTRAJE À JUSTIÇA

A detenção de Assange "é uma mancha no sistema de justiça do Reino Unido", afirmou a ativista. "Como denunciante, sei muito bem que injustiça, abuso e todos os erros neste mundo só podem prevalecer se prevalecer o silêncio, se não houver ninguém para prestar testemunho e não houver ninguém para publicar a verdade", acrescentou.

Ao aceitar o prêmio, o pai de Assange apontou que ele "beneficiou muitas pessoas em todo o mundo, particularmente expondo crimes de guerra ou a Trafalgar despejando resíduos venenosos e destruindo regiões costeiras no leste da África, ou os cabogramas das sórdidas manipulações dos diplomatas dos EUA".

Shipton descreveu a tendenciosa perseguição política a seu filho pelo judiciário inglês, incluindo o "resumo histórico, exaltado e insensível da juíza Emma Arbuthnot" em fevereiro de 2018 em que disse que se Assange não queria perder o sol, "deveria ficar na varanda" da embaixada. Arbuthnot também ignorou evidências documentais das manipulações e violações dos "direitos processuais de Assange".

Após ilegalmente arrancado da embaixada do Equador, o juiz Michael Snow, que apenas vira Julian por cinco minutos, chamou-o de "narcisista". "O diploma dele é em direito, mas ele se imagina como psicólogo", essas passagens são "absurdas", denunciou Shipton.

Íntegra da matéria: www.horadopovo.com.br

Samsung desiste de concorrer com celulares na China e fecha suas fábricas no país

A Samsung, maior fabricante de smartphones do mundo, anunciou na quarta-feira (2) que está fechando sua última fábrica de celulares na China, atualmente o maior mercado de telefones celulares. O motivo para esta decisão, segundo a própria Samsung, é a necessidade de otimizar seus recursos, uma vez que enfrenta alta concorrência com os fabricantes chineses, o que levou a empresa sul-coreana a perder uma significativa fatia de mercado naquele país.

Em meados de 2013, a Samsung tinha 15% da fatia de mercado de smartphones chineses. No primeiro trimestre de 2019, esse número caiu para 1%. Enquanto isso, Huawei e Xiaomi vieram crescendo a passos largos. A Huawei já ultrapassou a Apple e assumiu o segundo lugar no setor e empurrou a empresa de Cupertino para o terceiro lugar. Mas a situação da empresa da maçã ainda pode piorar. Outra chinesa, a Xiaomi, já ameaça assumir o terceiro lugar e deslocar a empresa da maçã para o quarto lugar. Há previsão de que isso aconteça até o final deste ano.

Atualmente, entre as cinco maiores fabricantes mundiais de smartphones, três são chinesas: a Huawei, que ocupa o segundo lugar; a Xiaomi, em quarto lugar e a OPPO, em quinto. A última unidade de fabricação de smartphones da gigante sul-coreana em atividade, na cidade de Huizhou, já tinha parado de produzir desde de junho. A imprensa da Coreia do Sul informou que ela empregava seis mil trabalhadores e produziu 63 milhões de unidades em 2017, ano em que a companhia atingiu a produção anual de 394 milhões de dispositivos. A Samsung disse ainda em comunicado que os equipamentos de produção serão realocados para outras fábricas globais, dependendo das necessidades de mercado em cada região. Enquanto perdia espaço e encerrava suas fábricas na China, a empresa vinha realocando suas atividades de produção em países como Índia e Vietnã. Analistas com experiência nesse setor acreditam que seria praticamente impossível para a Samsung recuperar mercado na China onde as pessoas estão acostumadas a comprar celulares de baixo custo e boa qualidade apenas de fabricantes locais, enquanto, para os modelos mais caros, o público prefere os aparelhos da Apple e Huawei.

Multidões nas ruas do Haiti exigem renúncia do presidente Jovenel Moise

Manifestantes voltaram às ruas de Porto Príncipe na sexta-feira (4) para exigir a renúncia do presidente haitiano Jovenel Moise, o fim da corrupção, carestia, apagões e falta de combustível, enquanto a polícia usava gás lacrimogêneo e canhões de água para impedir que marchassem até à sede da força de paz da ONU, perto do aeroporto.

Os protestos já duram um ano e o Haiti está virtualmente sem governo. Os indignados manifestantes se confrontaram com a polícia com pedras e coquetéis molotov. Na semana passada, um senador governista sacou da arma, na frente do parlamento, ameaçando manifestantes. A ONU tem reiterado que "todas as partes" mantenham a "contenção".

Com o escândalo do desvio dos empréstimos da PetroCaribe atingindo boa parte da cúpula governista e antecessores e inflação de dois dígitos, as barricadas de pneus em chamas se tornaram parte do dia a dia no país inteiro. As escolas estão sem aula.

Nos protestos da semana passada, delegações da polícia nacional foram depredadas e duas viaturas foram incendiadas. Fontes da polícia falam em cinco mortos "nas últimas semanas".

Os protestos começaram em julho do ano passado, após o FMI mandar subir o preço dos combustíveis, medida da qual o governo teve de recuar parcialmente, mas custou a cabeça do então primeiro-ministro Jack Guy Lafontant.

Em fevereiro de 2019, já com o primeiro-ministro Jean-Henry Céant, os protestos cresceram em tamanho e intensidade, culminando com uma paralisação de 11 dias no

país, de 7 a 17 – conhecida popularmente como 'Ayiti Lòk' (Haiti está trancado, em tradução livre). Foi no dia 7 que os haitianos derubaram o ditador Baby Doc em 1986 e ainda o dia da posse de Moise em 2017.

Quarenta e um manifestantes foram mortos na violenta repressão aos protestos. Em março, caiu o primeiro-ministro, e desde então Moise não conseguiu nomear nenhum dos que apontou para o cargo.

Depois de várias semanas com o país sem combustível – por falta de pagamento do governo aos fornecedores –, manifestação em honra de Jean-Jacques Dessalines, o líder negro da independência do Haiti no século XIX, por ocasião do aniversário de seu nascimento, 20 de setembro, transformou-se em enorme repúdio a Moise e sua gangue, que se estendeu às cidades de Cap-Haitien, Saint Marc, Gonaïves e Mirelbaix.

O repúdio ficou tão grande que Moise já não conseguia andar pela cidade de limusine de tanto que era hostilizado e sumiu por quase uma

semana. Reapareceu no dia 25, mas pela tevê, em discurso previamente gravado, transmitido por volta de 2 horas da manhã, em que anunciou que não renunciaria e tergiversou sobre um "diálogo nacional tranquilo" no lugar.

A resposta do povo do Haiti foi lançar no dia 30 – 28 anos depois do sangrento golpe de estado em 1991, apoiado pelos EUA, contra o primeiro presidente democraticamente eleito do país, Jean-Bertrand Aristide –, a "Operação Ache Jovenel", como registrou o jornal Haiti Liberté.

O Haiti Liberté descreve como é a vida em um país sem combustível e sem um transporte coletivo decente, onde é comum depender de mototaxis. "Ao longo da estrada, os fornecedores do mercado negro vendem combustível de jarros de plástico transparente por 500 gourde (US \$ 5,22) por galão. O gás foi contrabandeado em frente à vizinha República Dominicana ou desviado dos tanques dos postos fechados.

Leia matéria completa em www.hordopovo.com.br



Haitianos em Porto Príncipe e outras cidades repudiam a corrupção, a carestia e os apagões

"Intransigência dos EUA" paralisa diálogo com Coreia Popular

Não se confirmaram as expectativas de que a demissão do maníaco de guerra Bolton facilitaria o fim do impasse nas negociações sobre a desnuclearização da península coreana, e o principal negociador da Coreia Popular (Norte, socialista), Kim Myong Gil, declarou no sábado (5) à noite a interrupção das conversações com Washington na capital da Suécia, Estocolmo. Kim, que passou a maior parte do dia conversando com a delegação norte-americana, responsabilizou a "inflexibilidade nos EUA".

O negociador Kim Myong Gil acusou os Estados Unidos de não ter a intenção de resolver as dificuldades por meio do diálogo, mas disse acreditar ser ainda possível uma completa desnuclearização da península coreana. O que aconteceu – acrescentou – "quando todos os obstáculos que ameaçam nossa segurança e emperram nosso desenvolvimento forem removidos completamente sem sombra de dúvida".

A raiz do problema está na insistência de Washington de não ceder um milímetro nas sanções drásticas, particularmente as que afetam a população diretamente, isto é, tentar matar o povo coreano de fome como forma de submeter o governo de Pyongyang.

A abordagem que permitiu a cúpula Kim-Trump de Singapura, proposta por Pequim e Moscou, foi a de trocar a suspensão das manobras de guerra dos EUA no

sul, pela suspensão de parte dos coreanos dos testes de mísseis e nucleares, e criar um espaço de confiança para chegar a um acordo mutuamente aceitável. Rússia e China têm defendido que as sanções comecem a ser aliviadas, o que Washington se recusa.

Bolton chegou, inclusive, a sugerir, em evidente provocação que o modelo de desarmamento nuclear da Coreia fosse o "da Líbia" – que todo mundo sabe aonde levou. A um ano das eleições, não é do interesse de Trump quebrar a única vitrine positiva de sua política. Enquanto o impasse prossegue, Pyongyang segue desenvolvendo seu poder de dissuasão e na semana passada ensaiou o lançamento de um míssil de curto alcance a partir de um submarino.

A reunião em um centro de conferências isolado nos arredores de Estocolmo foi a primeira discussão formal em nível de trabalho desde que o presidente dos EUA Donald Trump e o líder norte-coreano Kim Jong Un se reuniram em junho e concordaram em reiniciar as negociações que pararam após uma cúpula fracassada no Vietnã em fevereiro.

Foram intimados também a Casa Branca, o vice de Trump, Mike Pence e o Departamento de Estado

O advogado do presidente Trump, Rudy Giuliani acaba de contratar um para defendê-lo diante da intimação feita a ele pelo comitê de Inteligência da Câmara, registrou o Miami Herald, na mais recente escaramuça do 'Trumpgate', a denúncia de que Trump pressionou o novo presidente ucraniano por telefone a investigar a corrupção do ex-vice de Obama, Joe Biden, que agora é pré-candidato a 2020, sob ameaça de cortar a ajuda militar.

Foram enviadas intimações também à Casa Branca, ao vice de Trump, Mike Pence, e ao Departamento de Estado. O comitê deu prazo até 15 de outubro para que Giuliani entregue documentos relacionados ao seu trabalho com os ucranianos em nome de Trump.

Como o jornal ressaltou, em tom zombeteiro: "você sabe que está com um grande problema quando seu advogado precisa de um advogado."

Foi o próprio Trump que jogou Giuliani na roda, ao citar seu nome no telefonema ao novo presidente ucraniano que gerou toda a polêmica e ameaça de impeachment, como consta do resumo-transcrição que o presidente se viu forçado a fornecer.

SEM CONTRAPARTIDA?

Em defesa de Trump e, provavelmente, em sua própria, Giuliani disse à Reuters que o mandatário norte-americano, na ligação de 25 de julho, não havia oferecido ao presidente ucraniano Volodymyr Zelensky qualquer "contrapartida" por colaborar investigando Biden e o filho.

A Casa Branca reagiu, dizendo que não cooperaria com intimações ou outras demandas por informações, enquanto a Câmara não votar formalmente o início do inquérito de impeachment – o que até agora não ocorreu, com os diferentes comitês da Casa se incumbindo de investigações paralelas.

O secretário de Estado Mike Pompeo disse no sábado que o Departamento de Estado emitiu uma resposta inicial a um pedido do Comitê de Relações Exteriores da Câmara de documentos dos contatos com o governo ucraniano. "Obviamente, faremos tudo o que for exigido por lei", afirmou Pompeo em entrevista coletiva na Grécia. Na semana passada, ele admitiu ter estado presente durante a ligação Trump-Zelensky, mudando sua primeira versão.

Pompeo havia chamado as investigações de "jogo bobo de pegadinhas" e chegou a denunciá-las como "bullying" contra os funcionários de seu Departamento. Em seu depoimento à Câmara, Kurt Volker, o ex-enviado especial para a Ucrânia, asseverou que não se envolveu ou teve conhecimento de quaisquer esforços para pressionar o governo ucraniano a investigar alegações contra Biden.

A acusação dos democratas é Trump prejudicou a segurança nacional e a integridade das eleições nos EUA para obter ganhos políticos pessoais, contra Biden. Trump chamou de "fraude" a investigação de impeachment. Na transcrição, antes de pedir a investigação da corrupção, Trump solicita um "favor" de Zelensky, achar os servidores da Crowstrike, empresa de guerra cibernética envolvida no Russiagate e que monitorou os computadores do Diretório Nacional Democrata em 2016.

Para o deputado democrata Jim Himes, do comitê de inteligência, cada vez que Trump abre a boca sobre o assunto, corrobora as denúncias e ajuda bastante os comitês de inquérito do impeachment. Isso quando não vai além e, publicamente, convoca a Ucrânia e, de quebra, a China, a investigarem a corrupção de Biden e seu filho, Hunter.

Para o deputado democrata Peter Welch, a identidade e credibilidade do denunciante são essencialmente insignificantes, já que as alegações da fonte foram confirmadas pelo próprio resumo público da chamada a Zelensky da Casa Branca.

Sentindo que o "convite"

à China estava pegando mal, e que qualquer um poderia alegar que ele, Trump, estaria oferecendo trocar concessões nas negociações comerciais iminentes pela perseguição a Biden de parte de Pequim, o presidente bilionário resolveu esclarecer que considerava as duas discussões, combate à corrupção e disputa comercial, separadas.

Antes, pelo Twitter, Trump insinuou que, se houvesse impeachment, haveria uma "fratura como a guerra civil" nos EUA. E ameaçou o agente da CIA que formalizou a denúncia e até o mesmo o presidente da comissão de inteligência da Câmara, Adam Schiff: "traitor".

Em outro desdobramento, The New York Times afirmou que um segundo agente de inteligência, que foi inquirido pelo inspetor-geral Michael Atkinson, está ponderando depor para corroborar a denúncia inicial do agente da CIA. Aquela de segunda mão, subitamente 'legalizada' por novo critério de denúncia na CIA.

Foi também o NYT que revelou que o agente que fez a denúncia foi antes procurar o pessoal do deputado Schiff, para se informar sobre os procedimentos para fazer denúncia e estes, gentilmente, fizeram o melhor que puderam. O testemunho de Atkinson ao comitê liderado por Schiff durou quase sete horas, em que descreveu os detalhes de sua investigação sobre a queixa do 'denunciante anônimo'.

De acordo com os democratas do comitê, o depoimento dele teria confirmado os componentes cruciais da denúncia. "Exploramos com o IG [inspetor-geral] por meio de documentos e testemunhos as razões pelas quais ele considerou a denúncia tão urgente quanto credível", afirmou Schiff.

A revelação do NYT de que a equipe de Schiff orientara previamente o agente da CIA que denunciou o telefonema de Trump levou o deputado republicano John Ratcliffe a observar que a "maioria [do Comitê de Inteligência] é testemunha de fato na mesma investigação que está fazendo agora".

Biden na prática, depois do golpe da CIA em Kiev em 2014, virou uma espécie de vice-rei. Em vídeo que circula na internet, ele se vangloria de ter demitido o procurador-geral da Ucrânia, que investigava a corrupção da empresa de gás privada Burisma, após ameaçar cortar empréstimo de US\$ 1 bilhão.

Sem qualquer qualificação para tal ou conhecimento do setor, seu filho Hunter havia sido agraciado com cargo de diretor na Burisma, com salário de US\$ 600.000 anuais. Mordomia que só deixou este ano, após a derrota de Poroshenko diante de Zelensky em abril.

O procurador geral demitido por ordem de Biden, Viktor Shokin, afirma ter recebido da embaixadora norte-americana, Marie Yovanovitch, uma lista de magnatas que não deviam ser tocados pelas investigações de corrupção. Yovanovitch foi removida da embaixada em maio.

Para aprovar o impeachment de Trump, os democratas já têm os votos necessários na Câmara, mas estão longe dos dois terços necessários no Senado. O que implicaria em obter 20 votos de senadores republicanos.

Entre os republicanos, até agora, só Mitt Romney se atreveu a criticar Trump abertamente – que já tuitou de volta: "habaca pomposo". Romney disputou a presidência em 2012 e perdeu para Obama. Na tentativa de deter a ofensiva democrata pelo impeachment, a campanha de Trump está gastando milhões em anúncios de televisão, martelando as acusações a Biden e dizendo que o impeachment "é golpe".

Quando não está ocupado com o impeachment, Trump faz mais do mesmo: corta o visto do imigrante que não tiver dinheiro para pagar um plano de saúde, e sonha com um belo fosso cheio de crocodilos na fronteira sul e com franco-atiradores mirando migrantes nas pernas.

ANTONIO PIMENTA

A questão nacional na revolução chinesa - 1

A ação do Estado, dirigida conscientemente, alavanca a economia e possibilita seu desenvolvimento

NILSON ARAÚJO DE SOUZA*

A questão nacional tem estado presente em todas as etapas da revolução chinesa. A referência inicial é a Revolução de 1911, quando, sob a liderança do médico Sun Yat-sen, líder do Partido Nacionalista, também conhecido como Kuomintang, uma espécie de partido-frente, foi derrubada a dinastia Manchu (ou Dinastia Qing) e implantada a República.

Logo depois cairia o governo provisório liderado por Sun Yat-sen e a república, que assumiria o caráter de ditadura militar, passaria a viver um longo período de grandes turbulências, que duraria até 1927, em que, de um lado, havia as tentativas de restauração monárquica e, de outro, recrudesciam movimentos separatistas no Sul da China.

Enquanto isso, permanecia o domínio de potências estrangeiras, particularmente da Inglaterra. Ao realizarem um verdadeiro despojo da China, só fortaleciam as lutas nacionalistas.

Inspirado pela Revolução de 1917 na Rússia e no calor das intensas mobilizações dos trabalhadores chineses a partir de 1919, um grupo de revolucionários, dentre os quais Mao Tsé-tung, fundou, em julho de 1921, o Partido Comunista da China. Mao Tsé-tung se tornaria depois seu principal líder. Dois anos depois da fundação, o PCCh chegou à conclusão de que o caráter da revolução chinesa seria nacional-democrático. Essa posição fora aprovada no congresso de 1920 da Internacional Comunista, quando se considerou que, nas colônias e semicolônias da Ásia, o caráter da revolução seria nacional-democrático. Coisa que, aliás, Mao reconhece em texto de 1928:

“Nós estamos inteiramente de acordo com as decisões da Internacional Comunista sobre a China. Atualmente, a China ainda não está, de fato, senão na etapa da revolução democrático-burguesa. O programa de uma revolução democrática consequente na China compreende, em política exterior, a derrocada do imperialismo e a libertação nacional total, enquanto que, em política interna, compreende a liquidação do poderio e da influência da burguesia compradora nas cidades, a conclusão da revolução agrária, a abolição das relações feudais no campo e a derrocada do governo dos caudilhos militares. Só por meio dessa revolução democrática se poderá estabelecer uma base real para a passagem ao socialismo” (Mao Tsé-tung, “A luta nas Montanhas Tchincam”, 25 de Novembro de 1928, Obras Escolhidas, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1975).

Com essa concepção, o PCCh estabeleceu uma aliança estratégica com os nacionalistas do Kuomintang, chegando a acertar o ingresso dos comunistas no partido-frente.

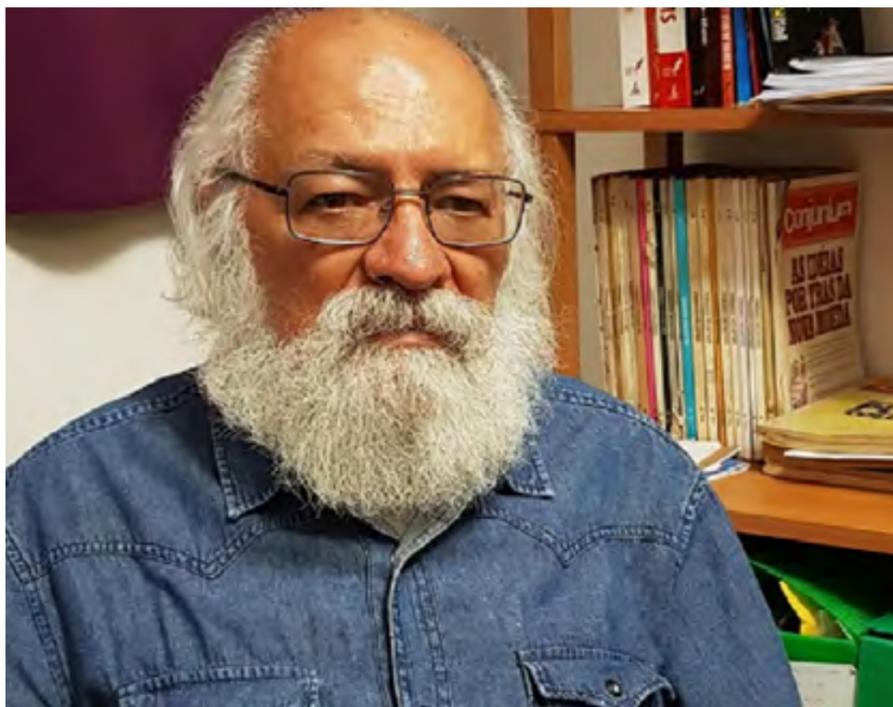
Mas, a partir de 1927, após a morte de Sun Yat-sen em 1925 e sua substituição por Chiang Kai-shek, o Kuomintang, sob o pretexto das mobilizações camponesas lideradas pelo Partido Comunista, passou a reprimir os comunistas, culminando com o massacre de Xangai. Deflagrou-se então uma guerra civil entre os dois partidos, que duraria até 1937, quando, premidos pelo enfrentamento ao inimigo comum, o imperialismo japonês, que havia começado a invadir a Manchúria a partir de 1931 e declarara guerra à China em 1937, o Kuomintang e o Partido Comunista estabeleceram uma trégua – e ao mesmo tempo uma aliança – que duraria até a expulsão dos japoneses em 1945.

Nesse período, Mao precisou melhor o caráter da revolução chinesa. No texto “A nova democracia na China”, publicado em 15 de janeiro de 1940, concluiu que a revolução, nas condições concretas da China, teria duas etapas:

“A característica histórica da revolução chinesa é que ela se divide em duas etapas: a revolução democrática e a revolução socialista. A democracia da primeira etapa não é uma democracia no sentido geral, mas um tipo novo, especial, de estilo chinês, a Nova Democracia”. E segue: “a primeira etapa é a que visa transformar a sociedade colonial, semicolonial e semifeudal numa sociedade independente e democrática”. Reafirmou-se aí a formulação, feita pelo PCCh dois anos depois da sua fundação, do caráter nacional-democrático da primeira etapa da revolução. Nessa primeira etapa, assumindo o programa do Kuomintang para a economia, Mao definiu que “os grandes bancos, as grandes indústrias e os grandes negócios serão controlados por esta República”. Entrariam aí os monopólios, fossem estrangeiros ou chineses.

Já em novembro de 1926, pouco antes de iniciar a guerra entre nacionalistas e comunistas na China, no texto “Sobre as Perspectivas da Revolução na China”, Stalin, em debate com outros dirigentes soviéticos a propósito da previsão de Lenin de que os chineses teriam em breve seu 1905 (referência à Revolução de 1905 na Rússia), reafirmara o caráter nacional-democrático da revolução chinesa:

“A primeira particularidade consiste em que a revolução chinesa, sendo uma revolução democrática burguesa, é ao mesmo tempo uma revolução nacional libertadora, que dirige sua arma contra a dominação do imperialismo estrangeiro na China. Nisto, ela se diferencia, antes de tudo da revolução na Rússia, em 1905. A questão consiste em que a dominação do imperialismo na China não se manifesta apenas em sua potência militar,



Professor Nilson Araújo de Souza - Foto HP

ciado nas zonas liberadas durante a guerra de libertação. Ao mesmo tempo, foram nacionalizadas indústrias estratégicas pertencentes ao capital estrangeiro, permanecendo apenas cerca de metade da produção industrial em mãos privadas. Também fazia parte do Programa Comum a garantia da independência e da integridade territorial do país, que vinham sendo ameaçadas pelas potências imperialistas que despojavam a nação chinesa.

Há controvérsias sobre o momento da passagem para a segunda etapa, a socialista. Mas, é provável que, a partir de 1952, com o estabelecimento do primeiro plano quinquenal, a estatização de parcelas ponderáveis da indústria (em 1952, 80% da indústria pesada já estavam em mãos do Estado), a coletivização da agricultura (mais de 75% da reforma agrária realizada) e a ênfase na indústria pesada (para isso, contou com a ajuda soviética, por meio do envio de material e de 10 mil técnicos), repetindo a experiência soviética, a China teria inaugurado a etapa de construção socialista, comprovando a antiga tese de Lênin de que não há uma muralha da China entre as duas etapas da revolução. Como a corroborar essa hipótese, Mao, em texto de 1952, propugna que a contradição principal, “de ordem interna”, passara a ser entre a classe operária e a burguesia nacional: “Uma vez derrubadas a classe latifundiária e a burguesia burocrática, a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional passou a ser a contradição principal de ordem interna na China e, por consequência, não se deve seguir qualificando de classe intermediária à burguesia nacional” (Mao Tsé-tung, Obras Escogidas, Tomo V, 6 de junho de 1952). Mas, em questões como essa, nunca se pode falar numa data precisa. Como houve certo atraso na implementação do plano quinquenal e, portanto, das medidas econômicas, incluindo o projeto de Constituição, não se descarta a possibilidade de essa nova etapa haver começado pouco depois.

* É doutor em Economia pela UNAM, com pós-doutoramento em Economia pela USP, autor de vários livros, artigos e ensaios sobre Economia brasileira, latino-americana e mundial; professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA; diretor da Fundação Claudio Campos; membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB

Continua na próxima edição

mas também e sobretudo em que os ramos fundamentais da indústria na China, as estradas de ferro, as fábricas e usinas, as minas, os bancos, etc., se encontram à disposição ou sob o controle dos imperialistas estrangeiros. Mas disto resulta que a luta contra o imperialismo estrangeiro e seus agentes chineses não pode deixar de representar um papel sério na revolução chinesa. Por isto mesmo, a revolução chinesa se une diretamente às revoluções dos proletários de todos os países contra o imperialismo” (Stalin, Joseph. “Sobre as Perspectivas da Revolução na China”, 30 de Novembro de 1926).

No ano seguinte, em julho de 1927, Stalin, polemizando com os que, na definição do caráter da revolução, passavam por cima das particularidades nacionais, publicaria no Pravda o texto “Notas sobre temas de atualidade”, em que reafirma o caráter nacional-democrático da revolução chinesa:

“Mas a oposição se esqueceu de que a China, à diferença da Rússia de 1905, é um país semicolonial oprimido pelo imperialismo; que, em consequência disso, a revolução chinesa não é uma simples revolução burguesa, mas uma revolução burguesa de tipo anti-imperialista; que o imperialismo possui na China os ramos principais da indústria, do comércio e do transporte; que a opressão do imperialismo não afeta somente as massas trabalhadoras da China, mas também certas camadas da burguesia chinesa e que esta, por isso, em certas condições e durante certo tempo, pode apoiar a revolução chinesa”.

Derrotadas as forças japonesas, Mao Tsé-tung e Chiang Kai-shek tentaram formar um governo conjunto na China, mas os intentos fracassaram diante da exigência do Kuomintang, apoiada pelo governo dos EUA, de que fossem desarmadas as forças do Partido Comunista. Retomou-se assim, em 1946, a guerra civil na China, passando os Estados Unidos a apoiar o Kuomintang, levando este a perder cada vez mais sua feição nacionalista. Com maior enraizamento nas massas camponesas, que representavam a ampla maioria da população, os comunistas, que promoviam a reforma agrária nas

áreas que iam libertando, ampliaram, de 1946 a 1949, seu domínio sobre o país, conquistando Pequim em janeiro de 1949 e levando Mao Tsé-tung a proclamar a República Popular da China em 1º de outubro do mesmo ano.

Um pouco antes, em março de 1948, em plena guerra contra os nacionalistas, e quando já se aproximava a vitória sobre eles, Mao Tsé-tung não abriu mão do caráter nacional-democrático da revolução chinesa: “O objetivo da revolução chinesa, na fase atual, não é abolir o capitalismo em geral, mas sim derrubar a dominação do imperia-



No Primeiro Congresso Nacional do Partido Comunista da China os trabalhos começaram em Xangai e depois, devido à perseguição policial, continuaram a bordo de um barco no Lago Sul em Jiaxing, província de Zhejiang / Foto: Exposição “Caminho para o rejuvenescimento”, no Museu Nacional da China

lismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático e fundar uma república de democracia nova das grandes massas populares, tendo o povo trabalhador como força principal” (Mao Tsé-tung. “Sobre a questão da burguesia nacional e dos nobres esclarecidos”. 1 de Março de 1948).

Para levar adiante essa revolução, dizia Mao que se deveriam unir numa frente única as amplas massas populares:

“Por grandes massas populares entende-se todos os oprimidos, prejudicados ou agrilhoados pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático, nomeadamente os operários, os camponeses, os soldados, os intelectuais, os homens de negócios e outros patriotas, como foi claramente indicado no ‘Manifesto do Exército Popular de Libertação da China’, publicado em Outubro de 1947. Neste Manifesto, o termo ‘intelectuais’ designa todos os intelectuais perseguidos e subjugados; ‘homens de negócios’, toda a burguesia nacional perseguida e

agrilhada, quer dizer, a média e a pequena burguesia; ‘outros patriotas’, principalmente os nobres esclarecidos. A revolução chinesa, na sua etapa atual, é uma revolução em que todos os elementos mencionados se unem para formar uma frente única contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, e em que o corpo principal é constituído pelo povo trabalhador. Por povo trabalhador entende-se todos os trabalhadores manuais (operários, camponeses, artesãos, etc.) e os trabalhadores intelectuais que, pelas suas condições, estão próximos dos primeiros e

que não são exploradores, mas vítimas da exploração”.

Instaurada a República Popular da China em 1949, o novo governo, liderado por Mao Tsé-tung, começou a implementar o programa nacional-democrático. Deixando isso claro, a 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial, Mao Tsé-tung declarou: “nossa grande terra está livre do sistema semicolonial e semifeudal, e inicia-se no caminho da independência, liberdade, paz, unidade, força e prosperidade”. A estrutura do novo Estado fora decidida um mês antes da proclamação da República Popular da China durante a Conferência Consultiva Política do Povo.

Além da estrutura do Estado, a Conferência aprovou o Programa Comum, que estabeleceu uma série de objetivos imediatos, destacando-se a aceleração da reforma agrária, que, por meio da redistribuição de terras confiscadas dos maiores latifundiários, deu continuidade ao processo ini-